

NESTA EDIÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO

Democratização das relações de trabalho, a tarefa mais urgente

NA SÚMULA

Pesquisa do Idec: laboratórios esnobam a lei e (ainda) fazem publicidade proibida de medicamentos

RADIS

comunicação em saúde

DESDE 1982

Nº 87 • Novembro de 2009

Av. Brasil, 4.036/515, Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ • 21040-361

www.ensp.fiocruz.br/radis



Impresso Especial

9912233515/2009-DR/RJ
Fundação
Oswaldo Cruz

...CORREIOS...



**É ISSO O QUE SE ESPERA DA
1ª CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO**



FOTO: LUCAS P. • DESENHO: MÁRIO SANDERS

Chega de TV, viva o Saci-Pererê!

A violência da propaganda imposta às crianças é o tema central de *Eu era assim – Infância, cultura e consumismo*, coletânea de artigos do jornalista, escritor e compositor cearense Flávio Paiva, lançada em 2009 pela Editora Cortez. O livro aborda referências pedagógicas não-convencionais, a força invisível da cultura, a função do lúdico na arte de contar histórias e, principalmente, “a urgência do brincar”.

Autor de cinco livros infantis, Flávio vê a humanidade numa crise civilizatória que atinge meio ambiente e relações humanas. Nesse contexto, “a figura mais agredida é a infância”. Entre as novas características da vida em sociedade – a educação não está mais sob responsabilidade exclusiva da família, da escola e da igreja –, a crescente influência dos meios de comunicação. “O consumismo é uma doença de adulto que pega em criança”, continuamente exposta ao assédio da publicidade, sempre abusiva: “É pedofilia de mercado”, denuncia Flávio, que observa o fe-

nômeno na convivência com os filhos Lucas, 10 anos, e Artur, 9. “Eles ainda não têm capacidade de avaliar o que está em jogo”.

Integrante do conselho do projeto Criança e Consumo, da ONG Instituto Alana (www.alana.org.br/criancaconsumo), cujo objetivo é coibir a publicidade abusiva, Flávio argumenta que muitos países já proibiram os anúncios dirigidos ao público infantil, atendendo a pressões da OMS. Segundo o Instituto Alana, as empresas brasileiras gastaram, somente em 2006, R\$ 209,7 milhões em propaganda.

Na visão de Fábio, o boicote do consumidor é mais efetivo do que medidas restritivas: “Sociedade sadia não depende de políticas proibitivas”, diz. A indústria se organiza para se adaptar às restrições, assim como os fabricantes de cigarro e de remédios se isentam de responsabilidade com avisos de advertência nos maços ou nas bulas. “São medidas preparadas pelos departamentos jurídicos”.

O mesmo viés da atuação do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

Quando se consegue tirar um comercial do ar, a campanha já está no fim. Flávio defende uma proposta educativa de jornalismo que fuja da “hipocrisia da imparcialidade” e tome partido na discussão: “Ter posição não é antidemocrático, não significa deixar de ouvir o outro, e o leitor decide quem tem razão”.

Sua aposta é na “perna invisível da cultura”, na necessidade de revitalização, recreação e ressignificação das narrativas que guardam elementos da história, do cotidiano social e dos saberes da natureza – uma “vacina” contra a massificação, a homogeneização proposta pelo mercado. O Saci-Pererê seria o princípio ativo mais autêntico da proposta, manifestação da cultura popular que faz frente ao avanço das festas de *halloween* no Brasil.

Outra “vacina” é a própria literatura, que permite que o leitor e a criança se redescubram “no encontro com o outro, na experiência, no sonho e na expectativa”. A boa literatura pode ser consumida por todos, sem restrições, já que, ao contrário da televisão, não “roteiriza a emoção”. (A.D.L.) 

Comunicação, trabalho, ambiente

Três são os temas principais desta edição, todos estruturantes da saúde pública.

A primeira Conferência Nacional de Comunicação — não a de Comunicação e Saúde, que a 12ª CNS marcou em 2004 para o ano seguinte e nunca aconteceu — vai discutir monopólio, propriedade, regulação, políticas públicas, assuntos que preocupam sanitaristas e movimentos sociais em geral porque afetam o cotidiano da saúde pública e a busca da cidadania plena, seja pelo desserviço da mídia quando partidiza emergências sanitárias ou propagandeia o álcool e a comida não-saudável, seja pela busca da comunicação como direito humano.

O governo convocou a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal “para conferir”, segundo o organizador do evento. Um ministro presente disse que nossa sociedade já é capaz de refletir em vez de apenas reivindicar. Os pontapés no controle social — estabelecido na Constituição, diga-se — não intimidaram os palestrantes, que buscaram a bola no mato e atestaram: a governança participativa é a tendência na administração pública; o número de servidores no Brasil é “relativamente pequeno” se comparado a países mais desenvolvidos, mas a terceirização encarece o custo de produção do serviço público; a valorização do conhecimento livresco nos concursos públicos dificulta a modernização das carreiras; a Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador qualifica o trabalho como determinante social da saúde. Para completar, em encontro dos trabalhadores da Fiocruz,

também registrado nesta edição, um orador resumiu: não há carreiras no serviço público federal com exceção de militares, diplomatas e docentes, que permitem evolução. “No mais, o que temos é um conjunto de cargos e remunerações que se fragmentaram”.

Abrem a edição dois artigos que preparam as mentes para os debates de dezembro em Copenhague sobre mudanças climáticas. O ministro Minc, alinhado à luta contra o aquecimento global, promete que o desmatamento da Amazônia em 2009 será o menor dos últimos 20 anos, afirma que não há país, dentro ou fora do Protocolo de Kyoto, com tamanha redução e conclui que o Brasil, fazendo sua parte, tem legitimidade para cobrar dos países desenvolvidos, responsáveis pela crise climática, que façam a sua parte. Exatamente o que o professor Acselrad, da UFRJ, critica em seu texto, que trata da apropriação do fato científico por atores de ambos os lados da disputa energética em curso. Entre os países ricos surge um neomalthusianismo animado por conservadores — e mesmo por certo ambientalismo dos países industrializados (a culpa seria “do bebê indiano”), diz ele. Por outro lado, um desenvolvimentismo próprio aos países emergentes: alegando-se um déficit de “pegada ecológica” com relação à dos países centrais, reivindica-se o direito de poluir. Quem paga a conta, garante, é o pobre, o despossuído. Não é casual que o pessimismo marque as expectativas para Copenhague.

Rogério Lannes Rocha
Coordenador do Programa RADIS

CARTUM

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL APLICOU A JUROS BANCÁRIOS O QUE DEVERIA USAR COMO DINHEIRO DA SAÚDE.

É QUE ELE ACHOU MAIS IMPORTANTE CUIDAR DA SAÚDE DO DINHEIRO.



TEXTO A.D. • ARTE R.P.

Comunicação e Saúde

- ♦ Chega de TV, viva o Saci-Pererê! 2

Editorial

- ♦ Comunicação, trabalho, ambiente 3

Cartum

3

Cartas

4

Súmula

5



Toques da Redação

6

Debates sobre Copenhague

- ♦ Planeta em espera 8

Seminário sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação

- ♦ Tudo a ver com a saúde 10

Radis adverte

13

Serviço público

- ♦ Salários, carreiras e outras polêmicas 14

Centenário da Descoberta da Doença de Chagas (1909-2009)

- ♦ A morte do sábio 20



Serviço

22



Pós-Tudo

- ♦ O embuste dos kits 23

Capa Aristides Dutra

Ilustrações Aristides Dutra (A.D.)
e Rosângela Pizzolati (R.P.)



CARTAS

BRAVO POVO XUKURU

Apreciei a matéria sobre o bravo povo Xukuru (*Radis* 84). Mas *Radis*, primariamente voltada à comunicação em saúde, excedeu-se ao conceder metade das suas 23 páginas ao artigo, que consome 10 páginas e meia, com 20 fotos e imagens de bom tamanho, texto bem escrito, mas extenso. Para estar na revista, o artigo deveria ter sido condensado, fotos em menor número e de tamanho menor, sobrando ainda espaço na revista para temas da saúde. Há muito o que fazer em saúde no Brasil, e as matérias e ideias nesta área publicadas em *Radis* têm contribuído para esclarecer, divulgar, melhorar. Não podemos abrir mão delas. Empreitadas editoriais extensas e alheias ao foco da revista não devem prevalecer. Abraços

♦ Carlos B. Mundstock, Santa Rosa, RS

▣ *Prezado Carlos, a negação de direitos tem impactos severos no homem e na sociedade. Fica impossível separar saúde e cidadania. Nossa matéria quis mostrar que perder terra e cultura é perder saúde.*

A *Radis* está de parabéns por trazer sempre temas que contribuem para a formação e a promoção de uma educação continuada e reflexiva, com textos fabulosos e muito bem escritos. Não se preocupa apenas em trazer informações relevantes, mas contextualiza a temática historicamente. A série do centenário da descoberta de Chagas (1909-2009) é um presente a todos os leitores, por fornecer material de valiosíssimo teor histórico.

Gostaria também de parabenizá-los pela reportagem de capa da revista nº 84, pela ousadia, coragem e profissionalismo ao tratar das questões indígenas e ao relatar a história pelo lado do povo vencido, exaltando as dificuldades encontradas, as perseguições e o processo de resistência à aculturação e à perda da identidade.

É possível sim que órgãos oficiais se expressem em favor do menos favorecido e principalmente em questões tão delicadas quanto esta, pois observamos que vez ou outra noticiários tendenciosos tratam os povos indígenas como bárbaros e arruaceiros, e os acusam de "invadir" propriedades. Esperamos que, a exemplo da mobilização descrita, outras possam

acontecer objetivando a justa apropriação da terra, e que continue a ser vista a história dos oprimidos, e não somente o lado do opressor vencedor.

♦ Maristela do Nascimento Andrade, professora da rede pública de ensino, Lagarto, SE

A guardando uma consulta odontológica deparei-me com a revista *Radis*, que muito me impressionou. Quero recebê-la a cada edição. Sou um intransigente, como advogado, crítico do sistema de saúde brasileiro e defensor inquebrantável das etnias tupiniquins, cruelmente dizimadas desde o Descobrimento do Brasil. A sociedade tem que acordar para passar – no dizer do Boris Casoy – este país a limpo. Parabém à Radis-Fiocruz e colaboradores. Avancem sempre.

♦ Niwman Jackson de Araújo, Sete Lagoas, MG

SAÚDE MENTAL E ESQUIZOFRENIA

Sou enfermeira, atuo em saúde mental, amo essa área e gostaria de ler sobre a esquizofrenia, por ser uma doença que, do ponto de vista epidemiológico, mantém constante prevalência de 1%, e, devido à dificuldade que a família tem de aceitar a doença, infelizmente leva ao diagnóstico tardio. Podem ser evitados até os surtos se a doença for reconhecida e tratada de forma correta. O uso de antipsicóticos auxilia na recuperação do paciente, inclusive socialmente, pois diminuem os delírios e alucinações que os portadores de esquizofrenia apresentam. É uma doença que tem controle, porém não existe cura: o paciente sempre é monitorado principalmente em relação à medicação controlada. Nos dias de hoje, o atendimento deveria ser mais fácil e acessível. Só de aceitar pode melhorar e diminuir os sintomas, que são muito desgastantes para o paciente esquizofrênico.

♦ Maisa Matias Pereira, Conselheiro Lafaiete MG

EXPEDIENTE



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP



FIOCRUZ

Ministério
da Saúde



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



RADIS é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa RADIS (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Periodicidade mensal
Tiragem 66.000 exemplares
Assinatura grátis
(sujeita à ampliação do cadastro)

Presidente da Fiocruz Paulo Gadelha
Diretor da Ensp Antônio Ivo de Carvalho

PROGRAMA RADIS

Coordenação Rogério Lannes Rocha
Subcoordenação Justa Helena Franco
Edição Marinilda Carvalho (Milênio)
Reportagem Katia Machado (subedição/
Milênio), Adriano De Lavor, Bruno
Dominguez (Milênio) e Lucas Sakalem
(estágio supervisionado)

Arte Aristides Dutra (subedição/
Milênio) e Rosângela Pizzolati
(estágio supervisionado)

Documentação Jorge Ricardo Pereira,
Laís Tavares e Sandra Suzano
Benigno

Secretaria e Administração Onésimo
Gouvêa, Fábio Lucas e Cristiane
Abrantes e Jeniffer Mendes
(estágio supervisionado)

Informática Osvaldo José Filho

Endereço

Av. Brasil, 4.036, sala 515 – Manguinhos
Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Fale conosco (para assinatura, sugestões
e críticas)

Tel. (21) 3882-9118 • Fax (21) 3882-9119
E-mail radis@ensp.fiocruz.br

Site www.ensp.fiocruz.br/radis (confira
também a resenha semanal *Radis* na
Rede e o Exclusivo para web, que
complementam a edição impressa)

Impressão Ediouro Gráfica e Editora SA

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
Site www.fiocruz.br/ouvidoria

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, desde que acompanhado dos créditos. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

SÚMULA

MAIS DINHEIRO PARA A SAÚDE

O orçamento do Ministério da Saúde para 2010 é de R\$ 57,173 bilhões, numa Receita Corrente Bruta da União de R\$ 853,6 bilhões. Se aprovada na Câmara, a Contribuição Social da Saúde (CSS), no valor de 0,1% das grandes transações financeiras, arrecadará cerca de R\$ 12,5 bilhões no ano que vem. Com o desconto da DRU (20%) ficariam, líquidos, R\$ 10 bilhões; com os R\$ 6 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb) que os estados deixarão de aplicar em saúde, restariam apenas R\$ 4 bilhões.

As contas são do sanitarista Gilson Carvalho (Domingueira, 4/10), que fez as seguintes simulações em torno dos recursos da União para a saúde em 2010:

- a) Valores atualmente alocados: R\$ 57,1 bilhões – o orçamento da saúde fica como está;
- b) Valores com aprovação do PLP 306 sem CSS: R\$ 57,1 bilhões, menos Fundeb – orçamento fica em R\$ 51,173, saúde perde R\$ 6 bilhões;
- c) Valores com PLP 306 mais CSS, menos DRU/Fundeb – o orçamento fica em R\$ 55,1 bilhões, saúde perde R\$ 2 bilhões;
- d) Valores com PLP 306 (o original, como veio do Senado, baseado no artigo 1/03) – orçamento de R\$ 72,5 bilhões, saúde ganha R\$ 15,3 bilhões;
- e) Valores com o PLP 306 original mais CSS – orçamento de R\$ 83,5 bilhões, saúde ganha R\$ 26,3 bilhões.

Para Gilson, é clara a estratégia de luta do setor saúde: 1) Aprovar a CSS; 2) aprovar o PLP 306 original. Lembra Gilson: “Como dizia o mestre Darcy Ribeiro, ‘existem duas opções na vida, resignar-se ou se indignar’. Eu não vou me resignar nunca”.

FIM DA DRU NA EDUCAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou (14/10) a PEC 96-A/03, que acaba com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 20% das verbas destinadas à educação, a partir de 2011. O texto, fruto da junção de propostas que tratam do tema, a exemplo da PEC da senadora Ideli Savalhti (PT-SC) de 2003 sobre

a redução gradativa da DRU na educação, precisa agora ser aprovado pelo Plenário do Senado para que seja promulgado pelo Congresso, tornando-se norma constitucional.

A relatora da matéria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse ser necessário recompor a capacidade de investimento da União em educação, o que justificaria a supressão da DRU sobre a área. “Na prática, esse suposto mecanismo de flexibilização e atendimento de prioridades tem viabilizado a canalização de recursos da área educacional para a produção de superávit primário e outras despesas, com flagrante prejuízo ao desenvolvimento da educação nacional, em boa medida dependente de recursos da União”, argumentou, segundo a Agência Senado (14/10).

A PEC estabelece a redução de 7,5% da DRU em 2009 e de 15% em 2010, liberando para a educação R\$ 4 bilhões e R\$ 7 bilhões, respectivamente, além de tornar obrigatório o ensino gratuito dos 4 aos 17 anos.

VACINA CONTRA A GRIPE 2010

A Anvisa publicou (7/10) a resolução RDC 49/2009, que determina as cepas (linhagens) de vírus para a formulação da vacina sazonal contra

a gripe, que será aplicada a partir de fevereiro de 2010 no país. A fórmula deverá conter, obrigatoriamente, três tipos de cepas de vírus em combinação: um vírus similar ao Influenza A/Califórnia/7/2009 (H1N1), um vírus similar ao Influenza A/Perth/16/2009 (H3N2) e um vírus similar ao Influenza B/Brisbane/60/2008.

A composição da vacina é atualizada anualmente de acordo com os vírus circulantes, para garantir sua eficácia, segundo as recomendações da OMS para o Hemisfério Sul. “Fica proibida a utilização de quaisquer outras cepas de vírus em vacinas contra gripe”, determina a resolução. As que estiverem sendo vendidas ou fabricadas fora destas determinações serão retiradas do mercado até 31 de janeiro de 2010. A vacina contra a gripe suína a ser usada no Brasil ainda está em desenvolvimento.

CRIANÇA E ADOLESCENTE: NOVA ANÁLISE DE MÍDIA

A Rede Andi América Latina lançou (2/10) o estudo *Derechos, Infancia y Agenda Pública 2005-2007*”, segunda análise de mídia produzida pela organização sobre a cobertura dos jornais latino-americanos de temas relacionados à infância e à adolescência. O lançamento

Radis na Rede nº 200

O linguista e ativista americano **Noam Chomsky** proferiu em setembro conferência histórica na Universidade Nacional Autónoma do México, que a *Radis* traduziu e reproduziu para marcar a edição nº 200 da revista semanal *Radis na Rede*, publicada em 8 de outubro em nosso site. Discorrendo sobre os vários estágios da política externa americana, o pensador não poupou Barack Obama nem o Judiciário americano. “Neste exato momento a Suprema Corte analisa se as corpo-

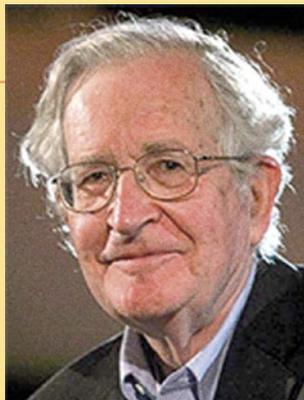


FOTO: MARCO PELAEZ/LA JORNADA

rações devem poder comprar eleições abertamente em vez de fazê-lo de modos mais indiretos: assunto constitucional complexo, porque as cortes determinaram que, ao contrário dos imigrantes sem documentos, as corporações são pessoas reais, de acordo com a lei, e assim, de fato, têm direitos maiores

que os das pessoas de carne e osso”, disse, numa de suas mais contundentes falas. Para ler a íntegra visite o *Radis na Rede* (www.ensp.fiocruz.br/radis/rede/200.html)

marcou o aniversário de seis anos da Rede, completados em 30 de setembro. Foi analisada a cobertura jornalística nos 12 países da Rede: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela — mais de 795 mil textos sobre direitos e qualidade de vida de crianças e adolescentes no continente. Os resultados indicam progresso — houve aumento no número de notícias publicadas —, mas há necessidade de enfoque mais plural e contextualizado. Para baixar o documento: www.redandi.org/_pdf/derechos_version_2005_2007.pdf (por enquanto, só a versão em espanhol, mas a agência promete para breve a tradução ao português no site www.andi.org.br).

PROIBIDA, A PROPAGANDA CONTINUA, DENUNCIA IDEC

Apesar de proibida, a propaganda de medicamentos vendidos sob prescrição continua prática generalizada, afirma o Idec, entidade de defesa do consumidor: 11 das 15 principais indústrias farmacêuticas mantêm sites de promoção de seus produtos. A campanha de um grande laboratório farmacêutico, dirigida a donos de farmácia, é explícita: “A nova campanha do (...) já está na TV. E o aumento das vendas, a caminho da sua farmácia”, garante folheto distribuído pelo laboratório.

A venda e a publicidade de medicamentos têm regras específicas: a Lei nº 9.297/96, que proíbe a propaganda de medicamentos sob prescrição médica diretamente ao consumidor; a Resolução nº 96/08 da Anvisa, que entrou em vigor em junho, é ainda mais específica: veda a publicidade indireta.

A Anvisa rechaçou a proposta da anuência prévia da propaganda farmacêutica, apoiada por 12 instituições e 133 especialistas do setor (*Radis* 79). “Agora ficamos na dependência de denúncias como a do Idec, correndo atrás do risco sanitário já estabelecido e abrindo mão da dimensão preventiva, historicamente estabelecida, da saúde pública”, protesta Álvaro Nascimento (Ensp/Fiocruz), especialista no tema. Se a Gerência de Propaganda da Anvisa não consegue vigiar nem sequer uma dezena de sítios dos laboratórios farmacêuticos na internet, diz ele, “imaginem as mais de seis mil rádios (sem contar as comunitárias), dezenas de repetidoras de TV, centenas de jornais e revistas diários e semanais, milhares de outdoors, busdoors, taxidors, paradadeônibusdoors, tecotecodoors, cinemadoors, teatrodoors, mais milhares e milhares de panfletos



BARRIGA APROFUNDADA — A *Folha de S. Paulo* aprofundou a manipulação dos números da gripe suína. Em julho, usou modelo matemático antigo para anunciar que 35 milhões de brasileiros seriam contaminados pelo H1N1, informações distorcidas que mereceram do próprio ombudsman condenação dura — “um dos mais graves erros jornalísticos cometidos por este jornal desde que assumi o cargo” (www.ensp.fiocruz.br/radis/rede/190.html).

Em 3/10, o jornal fez pior: publicou “pesquisa” para “comprovar” a *barriga* anterior, como informou o *Observatório da Imprensa* (6/10), que cobra um “Erramos” formal do diário. Pois o Datafolha saiu às ruas para perguntar às pessoas se, nos últimos meses, tiveram “sintomas de gripe”. Com o resultado, “escreveu outra pérola que não resiste a dois minutos de análise: 27% dos brasileiros tiveram sintomas de gripe desde junho”, diz o editor-assistente do *Observatório* Luiz Antonio Magalhães (www.ensp.fiocruz.br/radis/rede/200.html).

O que equivale a 51,3 milhões de pessoas. “Bem, aí o jornal faz uma continha malandra, diz que 40% desses casos devem ser da variante suína e chega aos 20 milhões de infectados”, continua o texto. A

própria matéria ressalva que o “autodiagnóstico” não é propriamente a melhor maneira de se aferir as coisas (!!!). Mas *chuta* que 20 milhões se contaminaram — bem, 15 milhões abaixo do “previsto” em julho.

“É evidente que a pesquisa não vale coisa alguma”, prossegue. “Ademais, a estupidez não se sustenta pela taxa de letalidade”: já deveriam ter morrido 80 mil em consequência da doença. “Só que não morreram nem duas mil”. O *Observatório* se espanta com que um jornalista bem formado como Hélio Schwartzman tenha se prestado a escrever tal sandice. Fontes Fidedignas assuntou: na verdade, Schwartzman não é jornalista nem bem formado. Bacharel em filosofia, foi editorialista da *Folha*, onde trabalha há uns 20 anos, e hoje é “articulista”, título que o autoriza a produzir textos cheios de números e projeções — que até impressionavam. Agora, pelo menos os profissionais da saúde sabem que não merecem crédito. Nos comentários, um leitor diz estranhar apenas que infectologistas reconhecidos, citados na matéria, tenham aceitado “validar o amontoado de tolices”.

ALINHADA AO SUS — A *Radis* encontrou no site do Conass importante documento sobre as conferências de saúde, “Evolução e análise” (www.conass.org.br/arquivos/file/conassdocumenta18.pdf), de 2009, que pode render boa reportagem: a visão de que ocorre um afastamento entre o núcleo histórico da Reforma Sanitária e os novos atores desse processo é compartilhada pela redação *Radis*, que busca estar sempre atenta a novos discursos e assegurar-lhes espaço. Por enquanto, um reparo:

distribuídos em nossos mais de 5 mil municípios, com todo tipo de irregularidade na propaganda farmacêutica”.

COM CRISE, MENOS CO2

Estudo da Agência Internacional de Energia (AIE) revelou que as emissões de dióxido de carbono sofreram expressiva queda este ano, a maior dos últimos 40 anos (*Financial Times*, 19/9). A desaceleração da produção industrial, consequência da crise, é um dos fatores responsáveis. Três iniciativas tiveram efeito: a meta da União Europeia — diminuir as emissões em 20% até 2010, os padrões para emissões de carros nos EUA e as políticas de eficiência energética da China (*Folha*, 21/9).

As empresas brasileiras pouco colaboraram, apontou (21/9) a Pesquisa Global 500, da ONG Carbon Disclosure Project (CDP), que avaliou ações climáticas de 500 empresas do mundo. As sete brasileiras que receberam o questionário — Petrobras, AmBev, Vale, Itaú, Bradesco, Eletrobrás e Banco do Brasil — responderam, mas o nível de transparência foi considerado baixo (Agência Estado, 23/9). O presidente Lula anunciou que o Brasil fará sua própria pesquisa: solicitou (5/10) à ONU relatório das emissões de gás carbônico de todos os países. O objetivo: descobrir o quanto cada nação terá que reflorestar ou diminuir as emissões. Para ele, é injusto que países ricos continuem a “consumir muito à custa da poluição do planeta” (Agência Brasil, 6/10).

sobre a 13ª CNS, o autor diz que os editores da “revista lamentam posições tomadas pela conferência contrárias ao Ministério da Saúde, dando bem o tom da edição em alinhamento com o executivo”. Pois os “editores” convidam os amigos do Conass a reler a matéria (www.ensp.fiocruz.br/radis/65/capa.html), tão exaustivamente citada no documento por ter ouvido as diversas falas. A posição da *Radis* sobre o aborto como questão de saúde pública é antiga; já na questão das fundações, registramos a derrota do executivo e mantivemos o debate em edições posteriores — quando, para parte do governo, talvez interessasse deixar “baixar a poeira” enquanto leis eram aprovadas, contra a clara sinalização da conferência. Matérias, aliás, nas quais jamais faltaram vozes contrárias ao governo. A *Radis*, na verdade, é “alinhada” à Reforma Sanitária, ao SUS, a seus princípios e diretrizes.

A LUTA CONTINUA — *Carta Capital* (2/10) publica notícia sobre o finalmente compilado 10º Censo Agropecuário (2006) do IBGE, que atualiza os dados de 1995. São 5,2 milhões de propriedades rurais, e a concentração de terras permanece indecente. Houve queda na concentração de terras em 2.360 cidades, mas as propriedades com mais de 1.000 hectares ocupam 43% da área total, frente aos 2,7% de área ocupada pelas menores (abaixo de 10 hectares), que representam 47% das propriedades. Nosso Inocêncio Foca, pasmo, pergunta como as elites não sentem vergonha e ainda têm coragem de criminalizar o MST... Por sinal, reportagem sobre os 25 anos de luta do MST, com ênfase nos cuidados de saúde e educação, estará na *Radis* de dezembro.

FOTO: ARISTIDES DUTRA



FOTO: FRANCISCO MARTINEZ/IST



Acampamento Terra Livre, em Resende (RJ): a *Radis* foi lá ver como estão os sem-terra nos 25 anos do MST e se viu retratada em montagem de revistas usadas nas aulas do curso de saúde

AVANÇO NO COMBATE À AÍDS

Cientistas dos EUA e da Tailândia apresentaram (24/9) vacina que diminui risco de contágio da aids em 31,2%. É a primeira vez que se alcança resultado dessa proporção. Mesmo assim, há dificuldades: para uma vacina ser posta à venda, a OMS exige nível de proteção mínimo de 70% a 80%. Além disso, não se sabe se a vacina imunizaria a população africana: os tipos de HIV analisados foram o B — existente nos EUA, na Europa e na América Latina — e o E, predominante na Ásia.

A pesquisa, feita na capital tailandesa, Bangcoc, contou com 16.402 voluntários entre 18 e 30 anos, não-portadores do HIV. Metade

recebeu placebo e a outra uma dose da vacina experimental RV144, resultado de combinação entre a Alvac, da Sanofi-Pasteur, e a Aidsvax, da Globo Solutions for Infectious Diseases. Das pessoas que receberam placebo, 74 foram infectadas; das que receberam a vacina, 51. Atualmente, há 33 milhões de pessoas com HIV no mundo.

EXAME DE TUBERCULOSE OBRIGATÓRIO EM PRESÍDIOS DO RIO

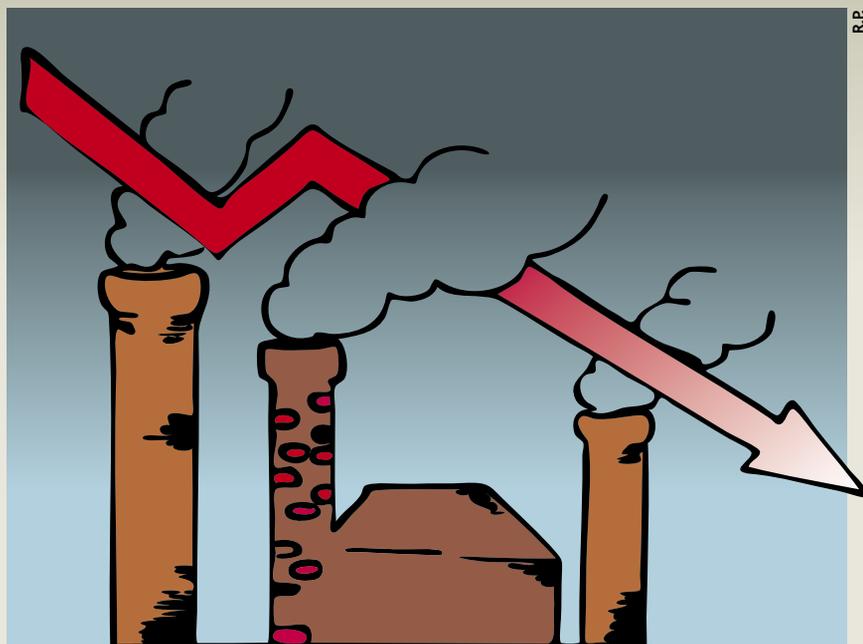
Foi aprovado em 23/9 projeto que torna obrigatório exame para diagnosticar tuberculose em detentos um dia depois do ingresso nas penitenciárias do Estado do Rio. O projeto, do deputado estadual Noel de Carvalho (PMBD), é

pioneiro no Brasil. Hoje, o Rio ocupa o primeiro lugar do país em número de infectados — 73,27 por 10 mil habitantes. A nova lei estabelece que o detento infectado inicie tratamento imediatamente, seguindo esquema terapêutico do Programa Nacional de Controle da Tuberculose durante seis meses.

De acordo com Ministério da Saúde, “a incidência da tuberculose entre presidiários é 40 vezes maior do que na população em geral, só perdendo para moradores de rua, que têm taxas 60 vezes maior” (*Jornal do Brasil*, 24/9). 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

Planeta em espera



R.P.

metade do século XX. Esse modelo de desenvolvimento está baseado na farta disponibilidade de combustíveis fósseis que, ao serem queimados, liberam o dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera, principal gás de efeito estufa, aumentando a propriedade de reter calor na atmosfera. (...)

O problema não tem solução única que envolva apenas um gás, um setor ou um país. A solução tem de ser global. (...)

Todas as contas mostram que nenhuma solução será possível se os países em desenvolvimento seguirem os mesmos padrões de produção e consumo, e portanto de emissões, dos países desenvolvidos. (...) Acreditamos que o esforço global de redução de emissões só poderá ser enfrentado de forma eficiente e justa se forem levados em consideração suas dimensões científica, econômica e ética. A ciência vai dizer qual o espaço de carbono que ainda existe disponível. Os relatórios do IPCC dizem que a melhor estimativa para esse espaço é de 1.800 Gt CO₂e (bilhões de toneladas) neste século, o que daria em média 18Gt CO₂e por ano. As emissões mundiais em 2005 já superaram 45 Gt CO₂e. Se as emissões continuarem no ritmo atual, antes de 2030 ultrapassaremos esse limite máximo (...).

Os instrumentos econômicos para viabilizar essa transição de uma economia de alto carbono para uma economia de baixo carbono estão sendo desenhados. A dimensão ética, a mais subjetiva e a principal peça na negociação, vai determinar a responsabilidade sobre essas reduções. Em outras palavras, quem paga a conta. (...) No fim do ano, em Copenhague, os países deverão chegar a um acordo sobre essas e outras questões. Para o Brasil, também é muito importante garantir o seu desenvolvimento em bases sustentáveis. Temos boa vontade e seremos criativos para encontrar saídas que não signifiquem restrições ao crescimento, e sim novas oportunidades de desenvolvimento. (...) A maior garantia de permanência da floresta é o interesse econômico nela em pé.

(...) O que o mundo tem pela frente é uma transformação radical da sua matriz energética e tecnológica. Neste momento de transição, o Brasil

Vítimas de forte resistência política, pouco progrediram as negociações para a 15ª Conferência das Partes (COP 15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a 5ª Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto, marcadas para dezembro em Copenhague. O Ibase dedicou ao tema a edição de setembro de sua revista *Democracia Viva* — dois dos artigos, resumidos, são abaixo reproduzidos. Duas posições, duas visões, um mesmo planeta à espera de soluções.

O Brasil e o futuro do clima

Carlos Minc *

A mudança do clima é provavelmente o problema mais grave que a humanidade deverá enfrentar neste século. Se não conseguirmos reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa, as consequências serão desastrosas: aumento do nível dos mares, aumento na intensidade e frequência de eventos extremos, como furacões, enchentes e secas, aumento da área de doenças endêmicas, como malária e dengue.

Em 2004, o *Catarina* foi considerado o primeiro furacão extratropical no Atlântico Sul e também o primeiro a atingir o Brasil. Ele deixou no seu rastro pelo menos três mortos e 100 mil casas destruídas, mas também deixou um alerta que não pode ser negligenciado. Os modelos climáticos que simulam as consequências do aumento de energia na atmosfera indicam a possibilidade de surgimento de furacões nessa região.

Isso é muito preocupante por ser mais uma evidência de que os impactos da mudança do clima já estão em curso. Os impactos não se restringem àqueles de natureza violenta. Podem vir na forma de savanização da Floresta Amazônica, de redução das chuvas e consequente redução nos níveis dos reservatórios e do potencial de geração de hidroeletricidade, de redução de área agricultável, por exemplo para a cafeicultura, de inundações etc.

A cada novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) a gravidade do problema só vem se confirmando ou até mesmo aumentando. As causas são bem conhecidas e podem ser atribuídas ao modelo de desenvolvimento inaugurado com a revolução industrial, com particular acentuação a partir da segunda

tem de saber usar as suas vantagens comparativas com ousadia para não perder o trem da história. Não podemos correr o risco de sair atrás para mais adiante entrar de forma atabalhoada nesse novo mundo onde impera a lógica verde e descarbonizada. (...)

Nossa matriz energética é limpa e faremos todo o possível para não sujá-la. Temos o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, temos metas e temos o Fundo Amazônia operando e que já aprovou os primeiros cinco projetos. Estamos lutando para que o Fundo Clima seja aprovado o mais rapidamente possível. (...) Até o início de 2008, monitorávamos só a Amazônia; sem série histórica, não havia como traçar metas para o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal e o Pampa. Na atualização do plano, em 2010, definiremos a diminuição do desmatamento em todos os biomas.

O desmatamento da Amazônia este ano será o menor dos últimos 20 anos. Essa é uma grande vitória, pois atingiremos as metas do plano provavelmente antes do previsto, metas que tantos criticaram pela dificuldade em serem atingidas. Não tem país no mundo, nem dentro nem fora do Protocolo de Kyoto, que tenha conseguido tamanha redução nesse período. Fazendo nossa parte, temos legitimidade para cobrarmos dos países desenvolvidos, os grandes responsáveis pela crise climática, que façam a sua parte.

* Ministro do Meio Ambiente; texto publicado em *Democracia Viva* nº 43. Íntegra: www.ensp.fiocruz.br/radis/87/pdf/DV43_Minc.pdf

Apropriações sociais das mudanças climáticas

Henri Acselrad *

É difícil fazer uma sociologia da disputa energética planetária que subjaz ao debate sobre mudanças climáticas. (...) Como construir um quadro sistemático de análise da circunstancial aliança entre os interesses petrolíferos dos Estados Unidos e a agroindústria canavieira brasileira em torno do etanol, sem fazer intervir também o fator conjuntural da ação do governo Chávez na Venezuela? (...) Interesses econômicos e geopolíticos em jogo legitimam-se tendo por base os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). (...)

Ora culpa-se “o Sul”, ora “o Norte” — ou seja, por um lado, manifesta-se um neomalthusianismo animado por

conservadores — e mesmo por certo ambientalismo dos países industrializados (a culpa seria “do bebê indiano”), por outro lado, um desenvolvimentismo próprio aos países menos industrializados: alegando-se um déficit de “pegada ecológica” com relação àquela dos países mais industrializados, reivindica-se o direito de poluir. (...)

Pesquisas recentes no Brasil mostram como as populações de mais baixa renda são as mais ambientalmente desprotegidas, morando em regiões com as condições mais vulneráveis e sujeitas a inundações e doenças. O mesmo aconteceu no caso do tsunami. *Katrina*, tsunami e outros não são manifestações comprovadas do aquecimento global, mas servem para exemplificar a sacionatureza da chamada “injustiça climática”, expressão atmosférica da injustiça ambiental.

Seja no âmbito das relações Norte-Sul, seja nas lutas socioterritoriais em curso no seio dos países industrializados ou dos menos industrializados, vemos um processo diversificado de apropriação social do fato científico. (...)

No ano de 2007, governantes como George W. Bush e Lula passaram a apresentar-se como ambientalmente preocupados quando o argumento ecológico pôde justificar lucros para os capitais, divisas para o equilíbrio monetário, promessa de empregos para os eleitores ou força suplementar na trama geopolítica. Há indícios de que o argumento ecológico só tenderia a ser abraçado por forças hegemônicas quando aparentemente pudesse servir como reforço aos modelos de dominação vigentes — fundados no agronegócio canavieiro, no nuclear e na hidroeletricidade, por exemplo.

(...) É sintomática a enunciação recente, por uma autoridade do setor elétrico, da vigência de um chamado “paradoxo ambiental”, segundo o qual o “burocratismo” dos órgãos de licenciamento ambiental “tem feito com que seja mais simples produzir energia elétrica queimando carvão e petróleo, que contribuem para o efeito estufa, do que utilizando água”. Percebe-se aqui o recurso a uma sutil chantagem do efeito estufa, via ameaça de multiplicação de usinas termoelétricas, para favorecer tanto a desmontagem do sistema de licenciamento ambiental brasileiro como para responsabilizar quilombolas e índios pelo aquecimento global, por contestarem a construção de hidroelétricas no Rio Madeira.

Há, pois, por um lado, por parte das forças hegemônicas, uma “irresponsabilidade organizada”, diria Ulrich Beck, mas “classista”, acrescentaria

Mike Davis: poucos recursos são destinados para proteger ou remediar o risco sofrido por grupos sociais “menos móveis” — pobres, negros e minorias étnicas — acusados “de saber que moram em áreas arriscadas e de querer que os contribuintes paguem por sua escolha residencial” (tal como exposto no jornalismo televisivo dos Estados Unidos em matérias posteriores ao furacão *Katrina*).

Parece vigorar uma espécie de percepção confiante de que os males atingirão apenas os mais despossuídos. Uma espécie de *NIMBY* — “não no meu quintal” exclusivo das elites. (...) Esse tipo de processo (...) é compatível com o entendimento dos movimentos sociais ditos de “justiça ambiental”: segundo eles, não haverá nenhuma iniciativa dos poderosos para enfrentar os problemas ambientais, enquanto for possível concentrar os males deles decorrentes sobre os mais pobres. Seu corolário é que todos os esforços deveriam ser concentrados na proteção ambiental dos mais pobres. Nessa ótica, por exemplo, quilombolas e indígenas do Rio Madeira (...) estariam na linha de frente do combate ao aquecimento global.

(...) Segundo pesquisa citada pelo *The Economist*, a qualidade do ar começa a tornar-se preocupação de política pública a partir do momento em que o PIB por habitante alcança 5.000 dólares. (...) Em sua parábola da “Ética do Bote Salva Vidas”, o ecólogo Garret Hardin simulava uma situação futura, segundo ele previsível, em que dado o crescimento incontrolável de população, a nave-terra deveria escolher a quem reservar os poucos lugares disponíveis nos botes salva-vidas. Hardin, numa perspectiva claramente social-darwinista, sustenta que seria lógico reservá-los àqueles, na humanidade, que mais tenham acumulado tecnologia e civilização.

A relutância das elites em assumir medidas compatíveis com o princípio de precaução em matéria climática parece sugerir que a Ética do Bote Salva-Vidas encontra-se hoje em operação. Seja nos bairros negros de Nova Orleans, nas zonas em vias de desertificação da África, nas moradias de risco no Brasil ou, ainda que sob pretensas razões ecológicas, nos processos de trabalho extenuantes observados nos canaviais brasileiros. □

* Professor do Ippur/UFRJ, pesquisador do CNPq; texto publicado em *Democracia Viva* nº 43, cedido à *Radis* pelo Ibase (www.ibase.br). Íntegra: www.ensp.fiocruz.br/radis/87/pdf/DV43_Acselrad.pdf

SEMINÁRIO SOBRE A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Tudo a ver com a saúde



FOTOS: RAUL SANTANA/ICICT

No auditório do Museu da Vida, em Manguinhos, uma plateia atenta: "A comunicação é importante demais para ficar nas mãos dos comunicólogos"

Katia Machado*

Conferência Nacional de Comunicação: o que a saúde tem a ver com isso? A pergunta deu título ao seminário promovido em 31 de agosto pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). O evento reuniu no auditório do Museu da Vida da Fiocruz profissionais da saúde e teóricos da comunicação, que abordaram propostas e diretrizes para a 1ª Confecom, em Brasília, de 14 a 17 de dezembro — data anunciada em 9/10, após dois adiamentos. O tema da conferência será "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital".

Comunicação foi pauta das últimas conferências nacionais de saúde,

"o que animou o Icict a promover o debate", contou um dos organizadores do evento, o pesquisador Rodrigo Murтинho, do Laces, que faz doutorado em Comunicação na Universidade Federal Fluminense. "É mais uma contribuição para a conferência". E bem que a Confecom precisa: vetando temas, postergando o regulamento e até se retirando da comissão organizadora, o empresariado fez tudo para esvaziar o encontro, o que retardou as providências. Mas o país se mobilizou e vem promovendo conferências estaduais e municipais.

A conferência municipal do Rio (1ª Comucom-Rio), em 16 e 17 de outubro, teve mais de 300 inscritos. Se impediu a criação de grupos de trabalho, não limitou a participação de palestrantes: mais de 70 pessoas apresentaram contribuição ao debate. Para o relatório, foram aprovadas por unanimidade a criação do Conse-

lho Municipal de Comunicação Social, a convocação da 2ª Comucom-Rio, no prazo máximo de um ano, sob responsabilidade da prefeitura, a universalização da internet, o financiamento público para veículos de comunicação alternativa, o apoio à formação de comunicadores populares e um "fundo municipal para comunicação comunitária, livre e popular".

Em 20 de outubro algumas questões ainda preocupavam, como a falta de definição de regras ou a definição tardia de outras. Por exemplo, delegados foram eleitos em conferências municipais e regionais, como em Niterói e no Sul Fluminense, sem regras nacionais definidas. "Pelo regimento, essas conferências não elegem delegados, que por isso não estão reconhecidos nas estaduais", disse Rodrigo. "Fizemos um bom seminário, estamos participando do processo e queremos indicar dele-

gados à nacional, mas não sabemos sequer a quem nos reportar”.

Primeiro palestrante no evento do Icict, o professor Marcos Dantas, da Escola de Comunicação da UFRJ, que integra a Comissão-Rio Pró-Conferência, tratou da conjuntura da comunicação e dos desafios da conferência nacional. O maior deles é a discussão produtiva sobre o embate entre as possibilidades interativas e pluralistas da comunicação e sua subordinação a interesses econômicos. “Na era fordista, a comunicação era vista como um serviço público; atualmente, está inserida num ambiente competitivo de mercado”.

Para ele, a participação da saúde é imperiosa. “Alguém disse alguma vez que a guerra é muito importante para ficar nas mãos de generais; eu digo que a comunicação é muito importante para ficar nas mãos de comunicólogos”, comparou. “De alguma maneira, todos somos comunicadores”. Erra quem acredita que celular é apenas um aparelho telefônico, disse. “Serve para tirar, enviar e receber fotografia, fazer e receber vídeo, entrar na internet, ler e-mail, fazer anotações, assistir televisão”. É um novo sistema que surge, que unifica os campos de telecomunicação e radiodifusão num processo convergente em que atuam poderosas indústrias.

VISÃO DO IMPÉRIO

Aparentemente, o novo sistema é diversificado e democrático, “mas alguém paga por isso, e os que não pagam não têm acesso”. Esse sistema portátil gera uma cadeia produtiva articulada e inter-relacionada. A antiga radiodifusão aberta é substituída por nova comunicação paga. “No Japão e na Holanda não há mais residências apenas com TV aberta”, exemplificou. Nos Estados Unidos, somente 12% das casas. “E oito dos 10 maiores conglomerados de meios de comunicação do mundo são americanos”. Qual é o reflexo disso? “Levam ao consumidor uma visão de mundo adequada aos interesses do império, à formação e à reprodução de consumidores conectados ao mercado global e indiferentes ao desemprego local”.

A participação do Brasil no mercado audiovisual mundial é ainda pequena, lembrou. “Se toda a nossa produção e transmissão, excluídas as empresas de telecomunicações, fossem reunidas numa única empresa, ela teria tamanho similar à 12ª maior do mundo”, calculou. “A Globo não deve estar nem entre as 30 maiores”. Mas o Brasil recebe pesada invasão cultural dos conglomerados americanos. “Já é visível que, para os jovens de classe

média, suas referências simbólicas e ideológicas, suas agendas de debate, suas expectativas e posturas são pautadas por seriados, músicas e comportamentos referenciados na hegemonia americana e na própria agenda política dos EUA”, afirmou. “Desaparece a cultura brasileira”.

Vamos permitir que a evolução desse novo ambiente de comunicação seja exclusivamente determinado pelas regras de mercado ou recuperar os princípios de serviço público?, perguntou. Apesar da força que tem esse sistema, respondeu, “é preciso investir em estratégias democráticas, como a banda larga em comunidades e pequenos municípios, permitindo que falem entre si, como no Morro Santa Marta, no Rio”. Faltou, porém, ao governo controle público sobre a torre de wi-fi (conexão sem fio à internet) instalada na comunidade — os vizinhos do morro, de classe média, tomaram conta do sinal, congestionando a banda.



É preciso aproveitar o momento, disse. “Um novo regime de comunicação está em curso no Brasil e é nesse novo modelo que os jovens vão viver”. O regime de comunicação brasileiro, estabelecido pelo Código de Comunicações de 1962, de modelo importado dos EUA, permitiu na radiodifusão a formação de grandes cadeias nacionais de TV e o monopólio nas telecomunicações; pouco avançou a tentativa de desmontar esse regime na segunda metade da década de 90, com a Lei do Cabo, a Lei Geral das Telecomunicações e uma reforma na Constituição (1996).

O caminho é um novo modelo de regulamentação, democrático e desenvolvimentista, defendeu Marcos. “Significa organizar um projeto político que considere o processo de convergência empresarial e tecnológica e mire o futuro em vez de congelar o passado no presente, como parece pretender a Abert (Associação Brasileira de Rádio e Televisão)”. O movimento popular e democrático pode apresentar esse projeto, que distinga claramente a regulamentação do conteúdo da regulamentação da infraestrutura. “Trata-se de defender a regulamentação por camadas, em vez da regulamentação por serviço, que é

o que interessa à Abert, às operadoras de telecomunicações e aos grandes conglomerados mundiais de mídia”.

Entre as prioridades, a pluralidade de vozes, a diversidade de expressão, o poder de emissão dos cidadãos e dos distintos segmentos sociais. Já na camada de infraestrutura, universalização e democratização do acesso. “O projeto popular, democrático e nacional deveria se calcar em dois eixos básicos: política para conteúdos e política para infraestrutura”.

Coube a Orlando Guilhon, superintendente de rádio da Empresa Brasileira de Comunicação e presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil, falar das lutas travadas até agora. O primeiro movimento organizado que ganhou visibilidade foi a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, de 1984. Em 1988, o movimento era contrário à participação do setor empresarial na elaboração do capítulo 5 da Constituição, sobre comunicação. “Por conta dos conflitos, foi o último a ser concluído e o único sem relatório formal no plenário”.

CINCO ANOS DE DISCUSSÃO

Em 1991, surgiu o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) — transformado em entidade em 1995. Em 16 de abril, a Confecom foi formalmente convocada. “Foram cinco anos de discussão”, disse. Para ele, a conferência é uma vitória da sociedade civil, fruto da pressão dos movimentos sociais. “Mas é preciso atentar para o jogo de força política que a envolve”, alertou. “Todo mundo sabe que no governo Lula mais de 50 conferências nacionais foram realizadas e somente agora foi convocada a nossa”.

A forma como as propostas serão votadas em dezembro preocupa o especialista: segundo o regimento interno, o empresariado representa 40% dos delegados, a sociedade civil, mais 40%, e o poder público, 20%; para que uma proposta seja acatada, é necessária aprovação de 60% mais um dos delegados e um voto de cada segmento. “Basta que determinado setor não queira aprovar nenhuma proposta para que a conferência chegue ao fim sem nada aprovar”, advertiu. “Percebam a camisa de força”.

O jogo das forças políticas ficou evidente com a retirada em agosto, da comissão organizadora da Confecom, de seis das oito entidades empresariais. Na avaliação do jornalista Jonas Valente, pesquisador de Políticas de Comunicação e representante do Coletivo Intervezes na comissão, o

afastamento é fruto de seu autoritarismo. "Historicamente, as políticas de comunicação sempre foram tratadas nos gabinetes pelos empresários e representantes do Estado", denunciou.

As resistências são muitas, sobretudo "da mídia mais atrasada e conservadora". Para ele, no Brasil o sistema de mídia se reproduziu historicamente impermeável à participação do público, apesar do uso comum de instrumentos como conferências, conselhos, audiências e consultas públicas, ouvidorias, ombudsmans, comitês de programação e espaços de monitoramento das políticas. "Algo que afete essa minúscula parcela da sociedade, mesmo que em benefício da maioria, é visto como atentado à liberdade de expressão, um discurso-escudo" (*Radis 73*), disse, em referência à expressão do professor Edgard Rebouças, da Universidade Federal do Espírito Santo, outro palestrante. "Querem um ambiente controlado sem risco de gerar resolução contra os seus interesses".

EIXO REJEITADO

Isso ficou claro na reunião de 9 de setembro, que definiu os eixos temáticos da conferência. Como informou o Observatório do Direito à Comunicação (www.direitoacomunicacao.org.br), houve intenso debate sobre um quarto eixo temático, além dos três já definidos (Produção de conteúdo; Meios de distribuição; e Cidadania: direitos e deveres). Foi rejeitado o quarto eixo, Sistemas, para propostas de organização e regulação dos setores econômicos da comunicação.

Na visão de Guilhon, o governo federal ousou ao convocar a conferência, "mas ainda se mostra tímido para discutir questões da comunicação". Para Rebouças, que falou sobre o Observatório da Mídia Regional, projeto que coordena, o governo tem sido, na verdade, omissivo: "Discute-se muito mais saúde e saneamento do que comunicação". Além disso, "o governo mantém um ministro das Comunicações (Hélio Costa) vinculado às empresas de comunicação; o Legislativo é submisso às decisões desse Executivo; o Judiciário legisla quando não deveria; as empresas se colocam acima da lei; as grandes corporações estabelecem o que vai acontecer; e, por fim, há uma total falta de regulamentação".

Tais fatores colaboram para que a sociedade não se inclua nos debates sobre comunicação e fazem com que o público confie apenas no que é divulgado pela imprensa, deixando de lado o hábito de ler ou ver o que é noticiado

com olhar mais criterioso. "Tudo o que sai nos jornais é verdadeiro e o que não é divulgado na grande imprensa parece não ser relevante". A própria conferência é um exemplo: "A mídia não está dando a mínima, não é notícia para eles". A sociedade, resumiu, é apenas coadjuvante.

Na avaliação de Guilhon, a 1ª Confecom deve focalizar três aspectos. A consolidação do nível de conscientização da nossa sociedade sobre esse debate é um deles. Foi muito importante construir uma Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação (<http://proconferencia.org.br>), que conseguiu estabelecer comissões em 24 estados. "Há de 400 a 500 entidades da sociedade civil organizando os debates no plano municipal e estadual, acumulando forças, dados e propostas para levar à Confecom", informou. O segundo aspecto, consequência direta do primeiro, é a popularização das discussões da conferência. "O cidadão comum tem que perceber que o direito à comunicação é uma via de mão dupla, tem que ter acesso às informações que os agentes da comunicação levam ao mercado e pode ser também um produtor de notícias, cultura e conteúdo".



Por fim, Guilhon defendeu o avanço de um novo marco regulatório. "Devemos evitar que a conferência seja apenas propagandística ou uma listagem das 100 bandeiras históricas do nosso movimento". Para ele, é preciso "propor uma nova regulamentação que não seja fragmentada e arcaica" como a atual, anterior ao regime militar, incompreensível para a maior parte da população". É preciso esforço para "evitar que o leque da temática seja excessivamente aberto", levando a Confecom a "lugar nenhum". Um bom começo, opinou, seria olhar para os capítulos específicos da comunicação na Constituição, "que carecem de regulamentação".

Falou em seguida o pediatra Flávio Magajewski, professor da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que tratou do papel das conferências na redemocratização do Estado. Citou como exemplo as de saúde. "O caráter

consultivo, a convocação regular e a participação paritária são as principais características", ressaltou. A Lei nº 8.142/90, que definiu o controle social no SUS, incluiu as conferências. Nesse processo, a 8ª CNS é marco das conferências de saúde. "Sergio Arouca, que presidiu a Oitava, aperfeiçoou o conceito de saúde da OMS acrescentando que saúde também é a ausência do medo", lembrou.

PODE QUEM PAGA

A jornalista Bia Barbosa, do Inter-vozes, tratou da política de concessão das emissoras, do controle social e do "direito de resposta". O maior poder de difusão, criticou, vai para quem pode pagar mais. "Passam períodos sem que o Ministério das Comunicações ou a Anatel faça qualquer fiscalização", e emissoras quase que apenas de propaganda "exploram o espaço público e fazem dinheiro de acordo com seus interesses privados comerciais". A renovação das concessões é automática, e só não acontece se dois quintos do Congresso votarem contra. "Isso nunca vai acontecer", afirmou. "A sociedade não é ouvida e os entes públicos, que deviam fiscalizar, não fiscalizam". Segundo Bia, devemos provocar a Justiça para garantir o direito à comunicação.

Uma das formas de "provocar a Justiça", para Rebouças, é o Observatório da Mídia Regional. Em 2006, o professor se mudou para o Recife, para lecionar na Universidade Federal de Pernambuco. Quando chegou à cidade, deparou-se com uma realidade já inexistente no Sudeste: programas de auditório transmitidos por canais abertos que exploravam crianças em concursos de teor erótico. E não havia quem supervisionasse a programação. Daí surgiu o Observatório, cujo objetivo é estimular a participação da sociedade no controle social dos meios de comunicação. O projeto analisa sistematicamente os conteúdos dos programas e envia relatórios a autoridades e à imprensa, propondo ações educativas.

E já chegou às universidades federais de Alagoas e do Rio Grande do Norte. "Todos podem participar", convidou. "Basta entrar no site (www.ufpe.br/observatorio/) e denunciar qualquer ação, que nós temos como acompanhar essa programação e encaminhar a autoridades, sobretudo para mostrar a cada leitor, ouvinte e telespectador que ele tem, sim, controle social sobre aquilo a que assiste".

No debate sobre mídia e publicidade infantil, a advogada Isabella

Henriques, coordenadora do Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana (ver pág. 2), começou sua apresentação com o vídeo *Criança, alma do negócio*, que mostra as consequências nocivas da propaganda sobre as crianças de até 12 anos, como obesidade infantil, erotização precoce e estresse familiar. “A publicidade obviamente não é a única responsável por todos os problemas”, disse. “Mas sem dúvida é um dos fatores que contribuem, como comprovam pesquisas no Brasil e no mundo inteiro: as crianças têm acesso cada vez maior às novas formas de mídia, no celular, na internet, e recebem cada vez mais publicidade”, alertou.

Com a legislação vigente é possível coibir essa propaganda: o artigo 277 da Constituição diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. “As crianças são os únicos cidadãos que têm na Constituição essa condição de absoluta prioridade”, salientou. Isso já justificaria a obrigação do Estado de regular a propaganda, contrariando a alegação do empresário de que cabe à família filtrar o que a criança deve assistir ou ouvir (*Radis* 79). “A própria Constituição indica a obrigatoriedade do Estado”.

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 17, traz regras de proteção. “Esse artigo fala da inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, e isso tem tudo a ver com o que a publicidade tem gerado à criança”. O Código de Defesa do Consumidor, artigo 37, ainda proíbe a publicidade enganosa e abusiva. “Mas não explica o que é abusiva”, ressaltou. “Enganosa leva o consumidor ao engano, mas estamos tratando da publicidade abusiva, que atenta contra os valores da sociedade”. Segundo a advogada, é abusiva, portanto, ilegal, a publicidade que se aproveita da deficiência de julgamento e da vulnerabilidade da criança. Dessa forma, toda publicidade que fala com a criança, pessoa em desenvolvimento, muito mais vulnerável, aproveita-se da ingenuidade dela. “Por esse simples fato, já é abusiva”.

Segundo as pesquisas, a criança dificilmente consegue distinguir entretenimento e publicidade. “Quando

lê uma revista em quadrinhos e a historinha acaba, e a próxima página é também uma história em quadrinhos feita para vender algum produto, a criança não percebe que aquilo não é entretenimento”. O mesmo acontece nos desenhos animados. “Quando o personagem do desenho anuncia alguma coisa, a criança não entende que acabou o programa e começou uma mensagem comercial, e isso acontece até os 10 anos”.

CARÁTER PERSUASIVO

Ainda assim quando a criança consegue identificar o que é comercial e o que é entretenimento, não é capaz de detectar o caráter persuasivo da publicidade. “Se a publicidade diz que esse é o melhor chocolate do mundo, ela vai acreditar nisso”, exemplificou. Por isso, países com tradição democrática ou proíbem ou têm regras rígidas para publicidade voltada ao público infantil.

Em dezembro do ano passado, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Resolução nº 408, com diretrizes sobre a publicidade de alimentos. “A propaganda de alimentos com altos teores de sal e açúcar não deve ser dirigida ao público infantil, assim como não deve haver venda de brinquedos com esses alimentos, em razão dos altos níveis de obesidade infantil”, diz o documento.

Segundo advogada, resolução imprescindível, visto que 15% das crianças brasileiras estão com problemas de obesidade e 30% com sobrepeso.

Entre os projetos sobre o tema que tramitam no Congresso, o mais conhecido é o PL nº 5.921/01, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que altera o Código de Defesa do Consumidor, proibindo publicidade destinada a promover venda de produtos infantis. “Se for aprovado do jeito que está, essa publicidade será proibida”.

A pesquisadora Renata Monteiro, do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília, disse que 85% das peças publicitárias são exclusivamente destinadas ao público infantil e apenas 3,3% anunciam comida saudável. “Os alimentos não-saudáveis que mais aparecem nas peças publicitárias são os vendidos em redes de *fast food*, além de doces, salgadinhos de pacote, biscoitos doces e refrigerantes”, ressaltou. As crianças brasileiras são as que mais assistem TV no mundo, cerca de cinco horas diárias. “Crianças que assistem televisão por um muito tempo tendem a preferir alimentos não-saudáveis”, alertou. 

* Colaborou Lucas Sakalem (estágio supervisionado)

RADIS ADVERTE

A vida é feita de conversas.
Basta uma para salvar vidas.

Doe órgãos. Doe vida.  Para ser um doador, converse com a sua família.

www.doevida.gov.br
MEDIAR SAÚDE 0800 41 1917

SUS Ministério da Saúde GOVERNO FEDERAL

Saiba mais em
www.doevida.com.br



Salários, carreiras e outras polêmicas

Adriano De Lavor

Dois eventos em julho discutiram diferentes aspectos do serviço público. Entre os dias 6 e 9, representantes do governo, servidores, sociedade civil organizada e entidades sindicais se reuniram em Brasília na Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal, cuja pauta visava “os desafios da gestão de pessoas no contexto da democratização das relações de trabalho”. No dia 14, servidores da Fundação Oswaldo Cruz acompanharam no Rio o debate Plano de Carreiras:

Perspectivas para o serviço público, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN).

Precedida por seis etapas regionais, a conferência teve como temas democratização das relações de trabalho, carreiras, gestão por competências e avaliação de desempenho, saúde, previdência e benefícios do servidor, além de sistemas e processos em gestão de pessoas. Organizada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de aprimorar a política de recursos humanos do governo, teve caráter consultivo, e não deliberativo, como avisou aos 1.100 participantes na

solenidade de abertura o secretário de Recursos Humanos do ministério, Duvanier Paiva Ferreira: aquele seria o momento de “conferir políticas”.

Nelson Karam, coordenador de Educação do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), defendeu que a conferência propusesse medidas a serem adotadas no serviço público, destacando os desafios dos trabalhadores: regulamentação do direito de greve, negociação coletiva, aprovação das convenções da Organização Internacional do Trabalho. Karam ainda pediu mais investimento na qualificação profissional e apontou a necessidade de se “superar e sepultar



a visão exclusivamente fiscalista do serviço público”.

Lúcia Reis, diretora-executiva da Central Única dos Trabalhadores, afirmou que a entidade aguarda há tempos o debate sobre a estrutura do Estado – uma discussão que “não se limita à questão salarial”. E recomendou que se incluíssem nos debates os planos de evolução na carreira, defendendo a negociação coletiva como forma de agilizar esse processo. A sindicalista lembrou de outros pontos polêmicos “à espera de desdobramento”, como a questão da Previdência para o setor público e as fundações estatais.

Benjamin Zymler, ministro do Tribunal de Contas da União, reiterou a importância da fiscalização das políticas públicas e dos servidores que as põem em funcionamento: “Sem ela, excessos podem ser cometidos, prejudicando o direito do cidadão a serviços decentes”, disse. Fã das conferências – em suas participações, sempre atualiza seu número –, o ministro Luís Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência, destacou a importância desses encontros para o “método de governar” do presidente Lula: “A participação da sociedade civil enriquece a democracia representativa”, declarou, lembrando que houve 50 conferências desde 2003, e mais de 3 milhões de pessoas participaram.

“SEGUNDA GERAÇÃO”

Para Dulci, a de RH seria conferência “de segunda geração” por não ter caráter somente reivindicatório. “Isso é sinal de que a sociedade brasileira é capaz de criar espaços de reflexão compartilhada”, avaliou. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, encerrou os discursos com análise da conjuntura econômica. “Retomamos o crescimento em patamares que não se viam desde os anos 1970”. O Estado brasileiro funciona na melhor, assegurou, e é preciso “dar crédito aos servidores”, disse ele, que

reiterou o compromisso do presidente em honrar acordos coletivos do funcionalismo. “Se o governo é bem recebido pela sociedade é porque o servidor público está cumprindo com eficácia e eficiência o seu papel”.

“O papel do Estado na sociedade contemporânea” foi tema das palestras que abriram os trabalhos no segundo dia de conferência.

O professor Ladislau Dowbor (PUC-SP), economista e teórico de movimentos sociais, pediu preocupação maior com a preservação ambiental face ao ritmo de destruição, “comparável ao meteoro que devastou a Terra há 60 milhões de anos”. Segundo o ativista, o fato de o Brasil ser a maior e mais barata reserva agrícola do planeta aumenta a pressão das corporações privadas. “A lógica é do mercado”, ressaltou, o que exige intervenção pública na defesa dos interesses da população: “Os grandes processos produtivos estão condenando o planeta à falência”.

Os números indicam que, nos países de baixa renda, 17% do PIB são administrados pelo Estado, enquanto nos de renda alta a média gira em torno de 32%. “À medida em que os países se desenvolvem, aumenta a participação do Estado na gestão pública”. No Brasil, esse índice é de 36%; nos Estados Unidos, de 40%; na Suécia, 66%. “E nenhum deles é comunista, estão apenas administrando de forma inteligente seus recursos”.

Ladislau destacou a “governança participativa” como tendência na administração pública, com sistemas mais democráticos e participação do cidadão – reflexo de mudanças na cultura política. Autor de *Democracia econômica* (Vozes, 2008), disponível para download na internet (<http://dowbor.org/artigos.asp>), o economista disse acreditar que o livre acesso ao

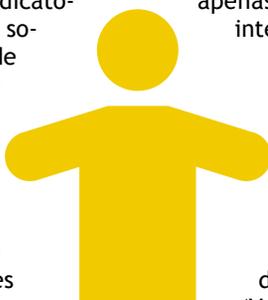
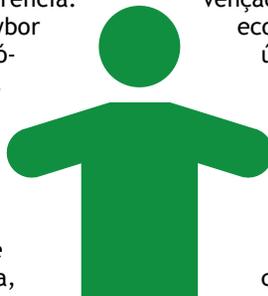
conhecimento é “elemento central da nova cultura civilizatória”, que investe em novos valores. E recomendou: “Vocês, servidores, têm papel fundamental nesta mudança”.

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o economista Marcio Pochmann iniciou sua palestra informando que “a intervenção do Estado não é estranha à economia ou à sociedade”. Nos últimos 300 anos, sob hegemonia capitalista, disse, o Estado tem participado deste processo respondendo a dois vetores: o econômico, pelo qual se transforma, com a economia, para dar conta da competição entre capitais, e o social, nas mudanças na relação da vida com o trabalho.

O trabalho, por sua vez, é de dois tipos: o heterônomo, vinculado à sobrevivência, e o autônomo, “determinado por nossas vontades, criativo, não ligado à remuneração”, disse, em referência aos estudos da pensadora alemã Hannah Arendt (1906-1975). Na história, as transformações do trabalho estão ligadas às mudanças do próprio Estado.

Na sociedade agrária, descreveu Pochmann, as pessoas começavam a trabalhar ainda crianças e viviam 40 anos. As jornadas de trabalho – até 16 horas diárias –, do nascer ao pôr do sol, representavam 75% do tempo de vida. Até morrer, o trabalhador não conhecia mais que 100 pessoas, e seu conhecimento vinha dos idosos. Os papéis eram bem definidos entre os gêneros: aos homens, o esforço físico e a gestão da família; às mulheres, a reprodução.

Neste cenário, vigente até o fim do século 19, o Estado era mínimo, responsável pelo monopólio da moeda e da violência, pela arrecadação de tributos e pelos gastos públicos. A competição era livre e o mercado, autorregulado. O Estado não arrecadava mais que 5% do PIB, não intervinha na organização social nem regulava o



mercado de trabalho. “Uma economia simples, que não exigia um Estado forte”, resumiu.

A transição para a sociedade urbana e industrial não foi fácil, disse Marcio. Foram muitas mudanças com o século 20: as cidades foram reorganizadas; aumentou a expectativa de vida; a estrutura familiar se modificou: diminuiu o número dos filhos e a mulher começou a trabalhar. “Já era um padrão civilizatório superior”. A educação passou a ser pressuposto para a entrada no mercado de trabalho, num ciclo de mais ou menos 35 anos da vida. As pessoas viviam mais 5, 10 anos como inativas. Surgia outro tipo de Estado, com arrecadação maior (quase 50% do PIB, em alguns países), “a livre competição cada vez mais distante”, preços regulados a partir do aparecimento de oligopólios (poucos produtores) e oligopsonios (poucos compradores). Apareciam novos produtos e emergiam as grandes corporações.

É uma nova forma de produção, que exige elevados investimentos e a contratação de um número cada vez maior de trabalhadores. “Como o mercado não funcionava como antes, não tinha como regular”, observou Pochmann, lembrando que as crises de produção e consumo passaram a exigir intervenção. O Estado assumiu atividades empresariais para assegurar que setores estratégicos oferecessem serviços a todos os indivíduos, de modo a garantir padrões mínimos de consumo. “Não é intervenção civilizatória; é parte da própria economia”.

Na sociedade pós-industrial, em construção a partir do início deste século, o cenário mudou novamente. As pessoas vivem mais de 60 anos e o trabalho representa 40% da existência. “Quase dois terços da vida já não são trabalho”, apontou Marcio – o período de aposentadoria também aumenta. A educação segue como instância preparatória para a atividade laboral,

que começa aos 15, 16 anos (entre os pobres) e 25 anos (entre os ricos).

“Na sociedade pós-industrial, o principal ativo é o conhecimento”, afirmou. Mas conhecimento não é suficiente. “Qualquer um de nós sai da escola superado: a graduação é a base da educação e o estudo será fundamental para o resto da vida”, disse – o que já acontecia entre os mais ricos. Detecta-se aí uma diferença nas oportunidades: os mais pobres começam a trabalhar mais cedo e ficam com as piores vagas. “Isso permite profunda reflexão sobre o mundo do trabalho”, ponderou. Para ele, não há razão para que se trabalhe mais de 12 horas por semana, já que “se trabalha cada vez mais fora do ambiente e do horário de trabalho”.

Em sua opinião, toda a legislação nessa área está superada por não considerar o trabalho imaterial. Quem vai financiar este novo padrão civilizatório, argumentou, é o próprio Estado, o que exige aumento na arrecadação para 60% do PIB e ações mais gerais. “Os problemas que temos hoje são totalizantes, não setoriais”, disse. Para enfrentá-los, sugeriu políticas articuladas e integradas num Estado mais forte: “No século 20, os países tinham empresas; no século 21, as empresas têm países”.

As 50 maiores corporações mundiais faturam o equivalente ao PIB de 100 países. “Os desafios são grandes”, alertou, e apenas Estados supranacionais podem regular essas corporações. “O Brasil tem capacidade de fazer esta mudança, principalmente pela via democrática, mas é preciso sustentação política, comprometimento com as mudanças”.

Na palestra “O emprego público na sociedade contemporânea”, Elisa Pilichowski, da área de emprego pú-

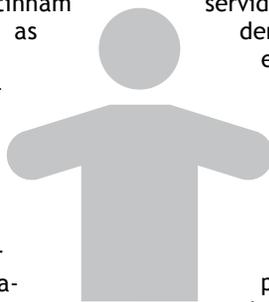
blico e administração da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) apresentou projeto de “gestão de pessoas” que desenvolve com o Ministério do Planejamento, e seus resultados – números da força de trabalho e emprego público no Brasil – estarão em livro a ser lançado em Paris em dezembro, reunindo trabalhos de especialistas de Canadá, Espanha, França, Suécia e Estados Unidos, além de consultores do Banco Mundial.

CUSTOS E EFICIÊNCIA

A equipe elogiou a qualificação dos servidores brasileiros, disse. “Impressionante o conhecimento que se tem sobre os aposentados”. O número de servidores no Brasil é “relativamente pequeno” se comparado aos países da OCDE, mas o custo de produção do serviço público é alto devido ao grande número de terceirizados: são estes custos que medem a produtividade e a eficiência de um país, disse. “O crescimento econômico tem pouco espaço”. Entre os desafios, a diversidade, a demografia e o envelhecimento da população. Entre as possibilidades de ajuste, a realocação de servidores e os cortes – que não se aplicariam, ressaltou, às áreas de saúde e educação.

No painel temático “Os desafios da política de atenção à saúde do servidor”, Sérgio Carneiro, coordenador de Seguridade Social e Benefícios do Servidor, do Planejamento, resumiu as propostas vindas dos estados – uma lista dos pontos fracos do Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass): sucateamento do SUS, capacitação, informatização, vigilância e promoção, informação e comunicação e a situação dos servidores redistribuídos, terceirizados e cedidos. “E orçamento não é o problema principal”, disse Sérgio.

Entre os pontos fortes, o processo democrático e coletivo de construção do sistema, a integração das unidades



em rede, a informatização de dados e informações epidemiológicas e a atuação das equipes multidisciplinares. Entre as sugestões, a ampliação destas equipes, o monitoramento da qualidade dos serviços da saúde suplementar, o comprometimento e a sensibilização dos gestores, além de mais incentivo à participação dos servidores. O Siass, criado pelo Decreto 6.833 em 29 de abril de 2009, foi instituído pelo Planejamento com o serviço de perícia médica. Estão em fase de implementação o prontuário eletrônico e o manual de perícia. Com base nos conceitos de transparência, assistência à saúde e universalização, está em construção em 15 estados.

POLÍTICA PRÓPRIA

A economista Célia Correa, da Secretaria de Orçamento Federal, informou que a saúde do servidor era tratada sob a ótica assistencialista, e dependia da disponibilidade de recursos de cada órgão, sem padronização. A partir do Siass, ganhou política própria e abrangente, que envolve assistência, perícia, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores. A perícia oficial incluirá exames periódicos. "O serviço público nunca se preocupou com isso", destacou. Com o Siass, haverá um *per capita* médio de R\$ 150 por servidor ativo para exames, num custo anual de R\$ 53,6 milhões, já que são 357.412 servidores ativos (2/3 do universo de 536 mil). Para 2010, a previsão é de custo anual de R\$ 66,9 milhões para mais de 500 mil servidores.

Os gastos com assistência médica e odontológica, lembrou, foram incluídos no rol das despesas obrigatórias da União a partir de 2009, e um grupo de trabalho foi formado para discutir saúde suplementar. Na fala seguinte, o médico Koshiro Otani, da Secretaria de Saúde de São Paulo, defendeu que a política de atenção à saúde do servidor seja definida como política de Estado. "Por ter orçamento", é a primeira vez que se discute o assunto, no que vê um contrassenso do poder público. "O

padrão nosso exige da sociedade o que ele não cumpre: exames periódicos".

Para Koshiro, as pessoas são responsáveis por sua saúde — visão criticada por muitos sanitaristas —, já que 50% dos fatores de risco se referem ao estilo de vida, como sedentarismo e tabagismo. Ele defendeu a visão do trabalho como "uma forma de crescimento pessoal e de inserção no convívio social, quando realizado sob a égide do sentido humano". Deste modo, a atividade deixa de ser encarada apenas como provedora de necessidades, de venda e compra da força para produção.

O cenário desejado, disse, é "o exercício responsável da cidadania e de plena felicidade para quem o exerce", destacando-se aspectos psicossociais "gratificantes e liberadores da criatividade humana". Garantem este exercício as convenções da OIT, ratificadas pelo Brasil.

Também citou o *Princípio da defesa da saúde e do trabalho decente*, que "consiste em promover oportunidades para que mulheres e homens tenham trabalho digno e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade". No Brasil, a saúde do trabalhador é direito constitucional, lembrou, que assegura a redução dos riscos. Os servidores são, por um lado, beneficiados por estatuto estável e maior flexibilização de horários; por outro, recebem menores salários, não têm plano de carreira. "A terceirização passou a ser regra".

Faltam programas de educação permanente, qualificação de gestores e controle social, no que Koshiro vê uma fragilidade do movimento dos trabalhadores, "por sua incapacidade de integrar pessoas, priorizar interesses coletivos", com iniciativas "pontuais, fragmentadas e desarticuladas". O desafio é transformar o Estado na vanguarda de novas maneiras de prover a saúde e a segurança no trabalho do setor público, fortalecendo-o com

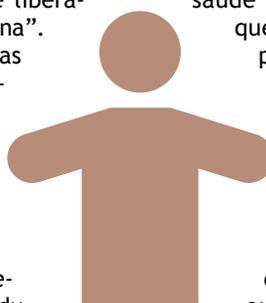
"mudança na maneira de gerir tais serviços" e programas de educação permanente, qualificação de gestores e incentivo ao papel ativo dos trabalhadores — "principais protagonistas nas mudanças dos ambientes do trabalho".

TRABALHO E SAÚDE

Servidora da Fiocruz, Elsa Thomé de Andrade apresentou resultados de pesquisa sobre atenção à saúde do trabalhador do setor público. A proposta da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador inclui todos os que estão no mercado de trabalho, formal ou informal, e qualifica o trabalho como determinante social da saúde. "O conceito de saúde do trabalhador vai além do conceito de saúde ocupacional", disse. Para que o Estado cumpra seu papel na garantia dos direitos básicos de cidadania, são necessárias políticas e ações de governo norteadas por abordagens transversais e intersetoriais. Nessa perspectiva, as ações de segurança e saúde do trabalhador exigem atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, capaz de contemplar a complexidade das relações.

Para a pesquisadora, o modelo de sistema de saúde do trabalhador precisa integrar as ações de assistência e vigilância, prover a universalidade das ações e definir a responsabilidade social do empregador, promover a transição a modelo participativo e emancipador, construir metodologias fundamentadas na educação permanente e na discussão permanente do trabalho. Além disso, a gestão participativa deve enfatizar o controle social.

Primeiro palestrante do painel "Os desafios da administração pública na atualidade", Francisco Gaetani, secretário-executivo adjunto do Planejamento, lembrou que vivemos tempos históricos variados "no mesmo país, no mesmo estado, no mesmo



governo e até no mesmo ministério”. Este complexo perfil heterogêneo, caracterizado pela coexistência de organizações conectadas e outras ainda no feudalismo, compreende “capacidades assimétricas”. E mais: “Os ministérios não são equalizados; alguns têm maior poder de fogo”.

Entre os desafios, a heterogeneidade de méritos, a defasagem de dados, a judicialização da política de recursos humanos e “a valorização do conhecimento livresco” nos concursos públicos, o que dificulta a modernização das carreiras. “Não tenho ilusões: o serviço público está a anos-luz do que acontece nos estados”. Também há fragilidade na confiança no governo, “que não está sendo bem-sucedido no combate à corrupção”. Mas percebe-se no governo um perfil de consenso, capaz de desenvolver cultura objetiva de resolução de conflitos. O grande desafio, disse ele, é viabilizar a eficiência e acabar com a polarização do “pode tudo *versus* pode nada”. É preciso perder a vergonha de discutir política, defendeu. “Esse é o melhor caminho para discutir a gestão pública”.

Para Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, não há mudança nas políticas públicas sem a participação do trabalhador. “A boa relação entre estados, municípios e governo federal foi importante para enfrentar os desafios”. Mas é preciso reconhecer a “profunda desigualdade” da Federação brasileira: 72% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes, enquanto apenas cinco cidades concentram o PIB nacional. É prioritária a discussão de temas como a questão ambiental, a regulação fundiária da Amazônia, o desenvolvimento da educação e de uma rede de proteção social.

Na mesa “O projeto da administração pública sobre o tratamento dos conflitos nas relações de trabalho no setor público”, a secretária de

organização da CUT, Denise Motta Dau, lembrou que, historicamente, o direito de greve do servidor sempre teve tratamento diferenciado. A Lei de Segurança Nacional, de 1978, considerava crime a greve de servidores públicos, com punição de até 8 anos de detenção. “A solidariedade também era passível de punição”. A Constituição de 1988 reconheceu o direito de greve dos servidores públicos civis, mas “depende até hoje de lei complementar”. Na ausência da legislação, a reivindicação, hoje, é por espaços de negociação permanente.

INSTRUMENTO MALVISTO

Para Denise, há pouca disposição dos gestores de respeitar este espaço, encarado não como instrumento de gestão, mas como atividade sindical. Sem negociação, a greve se torna o único instrumento de luta. “O julgamento das greves sempre segue as regras do setor privado, inadequadas à realidade do setor público”, afirmou.

Presente ao encontro, o presidente da Asfoc-SN, Paulo César de Castro Ribeiro, criticou o pouco espaço dado na conferência à opinião dos delegados. “Na forma como foi organizado o evento, com longas falas dos convidados nas mesas e nos painéis temáticos, ficou muito pequena a participação dos trabalhadores”. Paulo César destacou a importância das conferências regionais, mas lamentou a falta de discussão das contribuições dos participantes. “O que esperávamos era um debate maior sobre os temas, como é característica de conferências como essa, mas isso acabou não acontecendo”, disse. “Queremos, em nova oportunidade, que esse problema seja superado”.

Os trabalhadores da Fiocruz se reuniram no Salão Internacional da Ensp para debater o tema “Plano de carreiras: Perspectivas para o serviço público”. Na mesa, os ex-secretários Luís Fernando



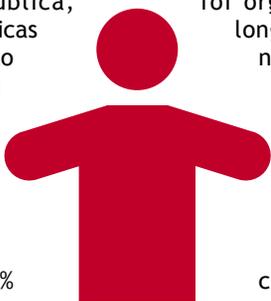
FOTOS: FERNANDO TAYLOR/ASFOC-SN

Luís Fernando: atribuições fixadas em 1970

Silva e Sergio Mendonça, da área de recursos humanos do Planejamento. A discussão, mediada por Justa Helena Franco, subcoordenadora do Programa RADIS e ex-diretora da Asfoc-SN, teve início com a fala de Luís Fernando, advogado da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

Segundo ele, o desafio do governo Lula é a definição da diretriz geral de carreiras, com critérios uniformes e isonômicos que tenham como objetivo principal “a melhoria da qualidade do serviço”. Luís lembrou que a carreira não é um objetivo corporativo, mas instrumento de gestão, devendo, portanto, adequar interesses institucionais a individuais que “não são, necessariamente, antagônicos”.

A modernização da administração é essencial, disse, incluindo qualificação dos servidores e avaliação de desempenho. A política de qualificação deve levar em conta o interesse público e reconhecer as aspirações pessoais do servidor, com adequação dos cargos públicos às novas necessidades. “A imensa maioria dos servidores teve as atribuições fixadas em 1970, na Lei 5.645, o antigo PCC: em 1970 não tínhamos nem computador”.





| Sérgio: conjunto de cargos, não carreira

Um avanço no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo foi a previsão de “cargos de natureza mais geralista”. Ao denominar o cargo de acordo com o órgão, a estrutura não especializa, mas “aprisiona” o servidor. “Se ele é técnico previdenciário, só poderá trabalhar no INSS”. Luís também criticou a desvalorização ou a extinção de cargos de nível de apoio, além da ausência de perspectiva de crescimento dos servidores – a maioria, já na última referência de cada nível de escolaridade. Segundo ele, a reestruturação tem que abranger esse universo para que as mudanças não se limitem aos novos servidores. Muitas vezes, o que se chama de reestruturação “não passa de negociação de tabela salarial”.

Para o sindicalista, o acesso aos cargos de gestão ainda é fortemente influenciado por indicações político-partidárias, desvalorizando o mérito, e a progressão das carreiras está desvinculada da qualificação e do desempenho. “Salvo exceções, não há critério”, lamentou. A possibilidade de ascensão funcional inexistente, embora 80% dos servidores tenham nível de escolaridade superior ao exigido.

O direito administrativo também precisa mudar, disse. Segundo ele, o Estado altera as condições de trabalho sem negociar com o servidor. Qualificação e desempenho deveriam ser elementos para evolução na carreira, e não gratificações apartadas, com ênfase no caráter coletivo do serviço prestado à população, levando-se em conta condições de trabalho, realidade socioeconômica e envolvimento do conjunto dos servidores. Nenhuma gratificação de desempenho leva em consideração esses elementos, reclamou.

A participação da sociedade organizada na avaliação da carreira também seria bem-vinda, assim como a reunião de cargos de nível superior por profissões regulamentadas. Assim, quando determinado órgão público tivesse que contratar um servidor de nível superior, o concurso exigiria formação específica na área, com possibilidade de atuação nos diversos órgãos. “Hoje não é assim: o edital não pode exigir especialização se a carreira não previu isso, abrindo espaço para processo em juízo”. A administração conta com a sorte: espera que passe no concurso um especialista na área”.

“ELES EXISTEM, CERTO?”

Para completar, há desinteresse na aglutinação e no aproveitamento de cargos de nível auxiliar – servidores de cargos em extinção. “Eles existem, certo? Exercem uma atividade pública”. Neste caso, o administrador tem que colocá-los em disponibilidade, reaproveitá-los em funções iguais ou assemelhadas.

Para o economista Sérgio Mendonça, “não é possível um debate sobre carreira desconectado da discussão sobre o Estado que queremos”. A carreira existe num desenho de Estado, que ora é mais forte, ora mais frágil. Depois da crise mundial, o Estado voltará a ter papel mais importante, após longo período em que o mercado desregulamentara ao máximo as atividades econômicas, reduzindo o papel do Estado. Para Sérgio, era “conversa

para boi dormir”, já que o Estado nunca foi fraco nos países desenvolvidos.

Em sua avaliação, o Estado brasileiro é representativamente pequeno – 7 milhões de servidores – e não funciona bem, sobretudo nas funções mais básicas. As reformas esbarram em disputas sociais e políticas. Mesmo assim, o governo Lula não teria visão “anti-Estado”, como prova a realização de concursos públicos. O economista defendeu a lógica da ascensão: a sociedade valoriza o empresário que começou a carreira como *office boy*; “no serviço público, isso é mal visto por conta da corrupção”. Quem passa nos concursos públicos são os filhos da classe média, e, se essa lógica persistir, não haverá como romper o elitismo dos concursos.

A rigor, não há carreiras no serviço público federal, afirmou, com exceção de militares, diplomatas e docentes, que permitem evolução. “No mais, o que temos é um conjunto de cargos e remunerações que se fragmentaram”. Mudar o Estado talvez seja mais difícil; mais fácil seria recompor, com gestão mais eficiente e racional, criando condições para o controle social. O desafio: trazer o interesse dos usuários para as negociações da gestão pública democrática, produzindo resultados e melhoria do serviço prestado à população. Nos planos específicos de carreira, facilita-se a gestão da instituição, enquanto se dividem os trabalhadores. “Se a instituição não tiver força, pode ser abandonada com suas legítimas reivindicações”.

Outro problema: “No Brasil, a gratificação chega a ser 50% do vencimento básico”, e não há um processo de avaliação contínuo, permanente. Em sua opinião, o papel do servidor é de outra ordem. “Não acredito nesse critério, que põe em dificuldade servidor e chefia”, afirmou. “É muito mais razoável em países onde a inflação é estável e as gratificações, menores”. De todo modo, o governo vem recompondo a força de trabalho. De 10 cargos, seis são de nível superior. “Os processos de trabalho exigem apoio”.



CENTENÁRIO DA DESCOBERTA DA DOENÇA DE CHAGAS (1909-2009)

A MORTE DO SÁBIO

FOTOS: PETER ILICIEV/FIOCRUIZ

A ópera *Chagas*, de Sílvio Barbato, estreou em 5/10 no Palácio das Artes, em Belo Horizonte. Com a morte do maestro no desastre aéreo da Air France, em maio, foi concluída pelo compositor Alexandre Schubert

“**A** SCIENCIA medica de luto. Falleceu hontem, repentinamente, o professor dr. Carlos Chagas. Com elle desaparece uma das figuras mais illustres da medicina brasileira.” (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1934)

A Biblioteca Nacional guarda a edição histórica de 9 de novembro de 1934, sobre a morte de Carlos Chagas, na véspera — longo texto repleto de adjetivos elogiosos que a Biblioteca Virtual Carlos Chagas digitalizou para acesso gratuito pela internet. Diz a abertura do texto do *Correio*:

“O professor Carlos Justiniano das Chagas, que ontem falleceu repentinamente deixando desolada a classe medica, de que era um dos epidonos, doutorou-se em 1900, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, escrevendo sua these inaugural intitulada ‘Estudos hematologicos do impaludismo’. Era um dos raros espiritos que conseguiram concilliar a clinica com o laboratorio, a sciencia com a pratica da arte de curar, tendo-se dedicado a um tempo a uma e outra actividade. Por isso mesmo lhe estava reservado

o destino glorioso que o fez uma das mais puras aureolas da medicina.”

O texto do *Correio da Manhã* lembrava o carinho de Chagas — “alma affectiva em que o sentimento de gratidão e reconhecimento occupavam lugar de destaque” — pelo mestre. “Assim foi que a lembrança de Oswaldo Cruz nunca lhe saiu, um minuto que fosse do coração, e foi por isso que, apesar de não ser um homem de fortuna, abriu mão do premio que lhe concedeu o Congresso Nacional, de cincoenta contos, em favor do monumento que deverá ser erigido a Oswaldo Cruz, nesta cidade”. Era um prêmio pelo desempenho na gripe espanhola (*Radis* 86).

A morte “deixou perplexos e desapontados, quantos receberam a noticia que se espalhou hontem à noite pela cidade”, dizia o redator do *Correio*. Sob o titulo “A morte do sábio”, o texto seguinte descrevia o último dia de vida do cientista.

“A noticia da morte do professor Carlos Chagas, apesar da hora em que esse grande scientista patricio falleceu, espalhou-se, rapidamente, pela cidade, recebida com accentuada

impressão de surpresa e com immensa consternação. O professor Carlos Chagas não estava doente. Foi ao Instituto de Manguinhos ainda hontem pela manhã e estivera com varios dos seus amigos mais intimos até à tarde. Com um desses amigos, o ministro Helio Lobo, seu cunhado, palestrára sobre assumptos do dia e commentára um dos topicos do *Correio da Manhã* em que faziamos referencia ao seu nome, a proposito do monumento á O. Cruz, mormente em favor do qual o sabio hontem desaparecido doára a somma correspondente ao premio que lhe fôra concedido pelo Congresso Nacional. Essa homenagem á memoria do saneador do Rio de Janeiro era coisa que muito preocupava o illustre brasileiro. Seu desejo maior era vel-a realizada. Não lh’o permittiu a fatalidade”.

O professor “apparentava gozar de perfeita saúde”, conta o jornal. O próprio Helio Lobo, porém, em artigo de 1936 na *Folha Médica*, informa que Chagas acordou “quebrantado de forças”, braços dormentes, mas visitou doentes no Hospital São Francisco, inclusive um aluno operado, e sem ir a Manguinhos voltou para casa,

onde ainda deu “algumas consultas de sua caridade anonyma”. O infarto o encontrou à mesa de trabalho. O *Correio* prossegue: “Às 7 horas da noite, sentiu, de repente, uma forte dor no estômago, com symptomas de angina. Socorrido por seu filho, o dr. Evandro Chagas, o professor ainda teve tempo de proferir estas palavras: “Parece que vou morrer”. E não se enganava, porque, logo depois, sobrevinha o colapso. O sr. Evandro Chagas seccionou uma arteria do braço de seu pae, mas essa providencia não surtiu o desejado effeito. O grande scientista em poucos momentos estava morto”.

Henrique de Beaurepaire Aragão, em artigo de 1953 (“Carlos Chagas, diretor de Manguinhos”) na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, relata que a partir de 1931 “sua vigorosa constituição física começa a declinar em virtude de uma persistente hipertensão, da qual só têm notícias seus intimos e também da qual não cuida muito, absorvido pelos seus afazeres”. Um médico estrangeiro “em visita a Manguinhos, em princípios de 1934, depois de uma longa ausência, repara na fisionomia abatida” de Chagas. “Um dia, diz calmamente a um técnico que indagava se estavam cedendo ao tratamento umas manifestações alérgicas que apresentava nas mãos: ‘Isto aqui não tem importância, sou um homem liquidado’”, acrescenta Aragão.

“A vida de Carlos Chagas foi um continuo labor”, salientava em texto da *Memórias*, edição do mesmo mês da morte da Chagas, o amigo e braço direito Eurico Villela. “Arduos os combates que venceu, (...) já por fim alquebravam-lhe o corpo, cuja resistencia dava os primeiros indicios de declínio”.

Logo que a noticia se espalhou, relata o *Correio*, “afluiram á casa da rua Paysandú n. 148 consideravel numero de pessoas amigas, medicos, estudantes e familias. A residencia ficou totalmente cheia. Estivemos em visita ao corpo que se achava ainda no pavimento superior. As listas destinadas a receber assignaturas dos visitantes rapidamente se enchem vendo-se nomes de professores da Faculdade de Medicina, da quasi totalidade de medicos e funcionarios do Instituto de Manguinhos, de membros da Academia de Medicina, de medicos e estudantes em numero considerado”.

Homenagens chegavam de toda parte. Chagas integrava quase 40 sociedades médicas internacionais, e várias publicaram seu obituário. Mandou mensagem especial o Comitê de Higiene da Liga das Nações (origem da OMS), a cujas reuniões Chagas comparecia todos os anos — era o único representante

sul-americano no colegiado, do qual era vice-presidente e onde fizera numerosos amigos. Tiveram sua ativa participação os códigos sanitários marítimos internacionais e os procedimentos de combate à lepra, à tuberculose e à malária, informa o filho Evandro.

Afinal, a descoberta da tripanosomíase americana despertara imenso interesse na Europa colonialista, que ocupava África e Ásia e ansiava por identificar males tropicais. Um exemplo contado por Carlos Chagas Filho: poucos meses antes de morrer, em maio de 1910, o grande Robert Koch, Nobel de 1905, que isolara os bacilos do antraz e da tuberculose e o vibrião da cólera, ao saber da descoberta de Chagas telegrafara ao assistente Wilhelm Hoffman, que estava em Cuba, pedindo que na volta visitasse o Rio para se informar.

OUTRO GÊNIO DA CIÊNCIA

Em carta à mulher de Chagas, Hoffman relatou que, chegando a Berlim ao anoitecer, Koch o levou direto a sua casa, onde reunira companheiros de trabalho para ouvir o informe. Colecionou prêmios e distinções, da Cruz de Ferro, a mais alta condecoração alemã, à Medalha de Benemerência do papa Pio XI, além do Prêmio Schaudinn de 1912, de melhor trabalho em protozoologia, até então só concedido ao checo Stanislaus Prowazek. Esse parasitologista morreu pesquisando o patógeno do tifo exantemático — que seria enfim descrito e batizado como *Rickettsia prowazekii* em 1916 por um colega, o patologista brasileiro Henrique da Rocha Lima (1879-1956), companheiro de Chagas que trabalhava em Hamburgo. Também contaminado, sobreviveu e terminou os estudos sobre o tifo. Cofundador do IOC, da Escola de Medicina de São Paulo e da USP, Rocha Lima é outro gênio da ciência brasileira.

Ao morrer, aos 55 anos, “aparentando mais idade” dada a “labuta incansável”, Chagas deixou viúva Iris Lobo Chagas. Os dois filhos já eram médicos dedicados à ciência: Evandro Serafim Lobo Chagas, então com 29 anos, morreria aos 35, em 1940, num acidente aéreo; Carlos Chagas Filho tinha 30 e morreu em 2000, aos 89 anos, tendo trocado ainda jovem o estudo das doenças tropicais pela física biológica.

“Logo que teve conhecimento do fallecimento do professor Carlos Chagas, o presidente da Republica [Getúlio Vargas, que três anos depois daria o golpe do Estado Novo] apresentou pezames á familia do morto, por intermedio do ministro da Educação, dr. Gustavo Capanema”, que anunciou:

os funerais ficariam às expensas “da nação”. O enterro de Chagas foi no dia 9, às 5 da tarde, “saindo o feretro da casa da família”.

Conta Miguel Osório de Almeida, ao apresentar o livro *Discursos e Conferências* (1938), reunindo trabalhos de Chagas, que no enterro, acompanhado por uma multidão, recebeu as maiores homenagens. “Durante as exéquias, na Candelária, a eça imensa, coberta de prêto e circundada pelas inúmeras velas que ardião, era o ponto de convergência de todos os olhos, abatidos, ainda pesados de tristeza e obscurecidos pela dor. Cada uma das pessoas ali presentes invocava a figura de Carlos Chagas e cada um por motivos diferentes”, dos pequenos funcionários e operários do Instituto de Manguinhos aos pesquisadores e técnicos, conta.

Em discurso nos 10 anos da morte de Chagas, o filho Carlos falou de seu legado aos “jovens de todo o Brasil que abandonaram a vida facil da cidade, e a ambição servil da pratica profissional bem remunerada, para se dedicarem em meio dos maiores sacrificios pessoais, de toda a ordem, ao combate à doença e à ardua luta pela melhor saude do homem do Brasil. (...) Si a cada momento reafirmais vossos propósitos tão bem cristalizados nas vidas que hoje relembrais, é porque o futuro trará a recompensa de vossa ação, e reafirmará a pujança de vossa energia, que trará para o Brasil a saude de nossa gente, e a redenção de toda uma raça.”

Eurico Villela, do IOC, resumiu a perda em 1934: “Quem quizera viver, e vivêra integralmente, a plenitude de uma vida de beleza e de gloria, bella pelos ideaes que a inspiraram, gloriosa pelas conquistas que realizou, quem não acceitava o viver pedaços de vida, não merecia o castigo de morrer aos bocados. A natureza fez-lhe esta graça — abateu-o de um golpe. Mas para os amigos, para esta Casa, para a Patria, para a Humanidade, que perda! Perda immensa que nos cobre de luto e enche-nos de saudades.”

Carlos Chagas está enterrado no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. 

Na edição final da série,
COC, a casa da memória

FONTES

- ♦ Biblioteca Virtual Carlos Chagas (todos os artigos do tópico “Sobre o cientista”) <http://carloschagas.ibict.br/>
- ♦ Wikipedia <http://en.wikipedia.org>

SERVIÇO

EVENTOS

1ª CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS UNIVERSAIS DE SEGURIDADE SOCIAL

Avocada pelo ministro Temporão em janeiro, no 3º Fórum Social Mundial, em Belém, ganhou nome mais comprido e metas mais amplas: marcado para março do ano que vem, ainda sem local definido, o encontro nesse novo formato tentará estruturar as agendas políticas nacionais e internacionais na busca de alternativas de garantia dos direitos humanos em seguridade social. Para a tarefa, os organizadores convocam governos, organismos intergovernamentais e a sociedade civil envolvida nos debates do FSM.

Data 22 a 26 março de 2010

Local Brasília

Mais informações

Tel. (61) 3315-3287/2205

Site <http://conselho.saude.gov.br/confmundial.html>

CINEMA

HUMANIDADE PERDIDA



Distrito 9 (*District 9*, de Neill Blomkamp, Nova-Zelândia/África do Sul, 2009). Uma nave gigantesca chega a Johannesburg trazendo 1 milhão de extraterrestres doentes e famintos. Enquanto o mundo (não) decide o que fazer com eles, o governo sul-africano os confina a um campo de refugiados, que

em 20 anos se transforma num favelão – o Distrito 9. A miséria campeia e o crime também: os alienígenas têm armas, assaltam e matam. Comanda o tráfico de comida de gato, a favorita dos ETs, um gângster nigeriano – por essa característica, a Nigéria proibiu o filme.

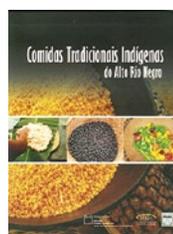
A população quer ver longe os “prawns” (camarões, termo pejorativo com que trata os ETs), que agora já são 1,8 milhão, e as autoridades decidem “despejá-los” para área desabitada a 200 quilômetros dali. O “Departamento do Bem-Estar dos Alienígenas” de poderosa indústria bélica multinacional (uma espécie de Blackwater convocada a cuidar do “problema”), interessada nas armas dos extraterrestres, assume funções de Estado e envia ao distrito força-tarefa para promover a retirada. Comanda a operação o agente Wikus Van De Merwe, tão simplório quanto preconceituoso, que é exposto à biotecnologia alienígena. Aí começa esse terrível, maravilhoso e histórico filme, uma aula de bioética (ou de falta dela), que não se limita ao drama dos imigrantes na África do Sul ou à xenofobia mundial. O filme trata mesmo é de nossa humanidade, perdida em cegueira, cobiça e ódio. Em exibição no Brasil.

PUBLICAÇÕES

AS DONAS DAS RECEITAS

Comidas tradicionais indígenas do Alto Rio Negro

(Edua-Fiocruz), lançada em setembro, é obra conjunta de duas pesquisadoras: a médica e antropóloga Luiza Garnelo (*Radis* 80) e a índia baré Gilda Barreto, da Wariró, Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro. Foram ouvidas 20 mulheres de etnias diversas, as chamadas “donas das receitas”, que guardam os segredos do preparo, por exemplo, da popeka, da mujeca ou da quinhapira. Segundo texto primoroso de Ribamar Bessa (Uerj) no Blog da Amazônia (<http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/?s=Garnelo>), essa culinária tão rica nunca entrou nos restaurantes de Manaus porque as cidades tinham vergonha da “comida de índio”. Diz ele: “O amazonense trocou uma comida saudável, gostosa, cheia de vitamina natural, assimilada com facilidade pelo corpo, por alimentos industrializados,



enlatados e artificiais, envenenados com produtos químicos. É a *festifude* importada de Miami”. Mas isso mudou: “A culinária indígena está bombando”. Disponível na Livraria da Abrasco.

MAIS LUZ SOBRE O DEBATE

Fundações estatais – estudos e parecer (Saberes), de Lenir Santos (org.), oferece mais dados à presente discussão sobre o modelo fundacional na administração pública, aprofundando seus aspectos jurídicos e administrativos. Diz o texto de apresentação: “O gestor público, em especial da área da saúde, busca a desburocratização com categorias jurídicas que favoreçam a gestão federativa integrada e a prestação de serviços mais céleres e efetivos” (Livraria da Abrasco).


O CONTROLE SOCIAL QUE DÁ CERTO

Participação e saúde no Brasil

(Fiocruz), da historiadora e socióloga Soraya Vargas Cortes (UFRGS), doutora pela London School of Economics em políticas sociais, enfatiza as inovações que os processos participativos estão introduzindo nas relações entre o Estado e a sociedade civil e mostra especificidades de conselhos de saúde e conselhos gestores em hospitais federais – estudo inédito no tema da participação em saúde (Livraria da Abrasco). 

ENDEREÇOS

Editora Fiocruz
Tel. (21) 3882-9039/9007/9041
E-mail editora@fiocruz.br
Site www.fiocruz.br/editora

Livraria da Abrasco
Tel./Fax (21) 2590-2073 / 2598-2526
E-mail abrlivro@ensp.fiocruz.br
Site www.abrasco.org.br/Livraria/Abrlivro.htm

O embuste dos kits

Leandro Fortes *

Na manhã de 16 de junho, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, do DEM, e o secretário de Saúde Distrital, Augusto Carvalho, do PPS, se encontraram no Almoarifado Central da Secretaria para participar de um lance de marketing: a entrega de 30 kits de equipamentos, no valor de 3 milhões de reais, para desafogar a precária rede de UTIs do sistema de saúde local. O evento, como logo em seguida iria demonstrar o Ministério Público, era um embuste. A compra não só era falsa como a transação escondia parte de um esquema voltado para a privatização da saúde no DF.

Dois dias depois, ao mesmo Almoarifado se dirigiu um grupo liderado pelo promotor Jairo Bisol, do Ministério Público do DF, titular da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus). Acompanhado de um perito e dois analistas, todos médicos, Bisol descobriu que os equipamentos eram, além de usados, tecnologicamente obsoletos. Além disso, a maioria não tinha nota fiscal nem qualquer documento a lhe atestar a origem. O destinatário da mercadoria não era o secretário Augusto Carvalho, mas duas pessoas estranhas ao serviço público: Gustavo Teixeira de Aquino e Marisete Anes de Carvalho.

No endereço indicado nas caixas, um escritório no Setor Sudoeste de Brasília, o Ministério Público localizou a empresária Marisete Carvalho, dona de uma pequena empresa de reformas e de comércio de equipamentos hospitalares. Marisete é um dos elos a unir os negócios da saúde a um esquema de contratos irregulares descoberto pelo MP do DF, com potencial de se transformar numa ação de improbidade administrativa.

Ao depor, Marisete disse ter sido procurada, em maio, por um empresário de Goiânia, Davi Clemente Monteiro Correia, dono da Equipamed. Amigo de Fernando Antunes, secretário-adjunto de Saúde do DF e braço direito de Augusto Carvalho, usou o endereço comercial de Marisete para formalizar a remessa. (...)

O mistério em torno do tal Gustavo foi resolvido pelo MP. Ele é irmão de Rodrigo Aquino, dono da Intensicare Gestão em Saúde Ltda, de equipamentos hospitalares. E sócio do empresário Davi Correia — amigo do secretário-adjunto Fernando Antunes — em um Centro Brasileiro de Medicina

Avançada, em Goiânia. Em 2 de julho, 15 dias depois de Arruda e Carvalho anunciarem a compra fajuta, a empresa de Rodrigo Aquino foi agraciada com um contrato de 33,3 milhões de reais para administrar 70 leitos de UTI do Hospital Regional de Santa Maria — a menina dos olhos do esquema de privatização da saúde no DF.

A explicação dada a Bisol sobre o imbróglgio aqui descrito beira o surreal. Ao depor no MP, o secretário-adjunto Fernando Antunes admitiu a amizade com Davi Correia, da Equipamed, e fez uma confissão aparentemente absurda: os 30 kits levados ao Almoarifado Central, anunciados como parte de um projeto de ampliação de UTIs, ao custo de 3 milhões de reais, resultavam de um empréstimo de aparelhos usados, a serem devolvidos em 90 dias.

Na origem das transações está a decisão de Arruda em contratar, sem licitação, a Real Sociedade Espanhola de Beneficência, da Bahia, para gerir o Santa Maria, inaugurado há um ano e meio, ao custo de 130 milhões de reais (8 milhões dos quais repassados pelo governo federal). Trata-se de um contrato de dois anos, firmado em janeiro, de 222 milhões de reais, sob suspeita de servir ao caixa 2 eleitoral. O contrato soa irregular a começar pela instituição contratada, investigada pelos MPs estadual e federal da Bahia por fraude e desvio de verbas da prefeitura de Salvador, sob auspícios do prefeito João Henrique Barradas, do PMDB.

O processo de escolha da Real Sociedade tem sido contestado pelo MP e pela bancada de quatro deputados do PT na Câmara do DF. "Há uma quadrilha instalada na Secretaria de Saúde", acusa Cabo Patrício, do PT, um dos articuladores da natimorta CPI da Saúde do DF.

Graças ao apoio de 20 dos 24 deputados, Arruda evitou a investigação.

Em 15 de abril, a promotora de Justiça Cátia Vergara tentou impedir a terceirização do Santa Maria. De acordo com ela, a Constituição concedia à iniciativa privada participação exclusivamente complementar junto ao SUS. (...) Com base nessas informações, há duas semanas, o Conselho Nacional de Saúde solicitou ao Ministério da Saúde o cancelamento dos repasses do SUS ao GDF até o final das investigações. Segundo o Denasus, o GDF recebeu, em 2008, 378 milhões de reais da União para investir em saúde. Mas, em março, 238 milhões de reais desse montante estavam aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) no BRB. Por uma razão jamais devidamente esclarecida, o secretário Augusto Carvalho, bancário de origem, aplicou recursos públicos federais em troca de rendimentos.

(...) "Vários desses processos de terceirização demonstram ter sido montados para formar caixa 2 de campanha de grupos políticos", diz Francisco Batista Júnior, presidente do CNS. Ele espera, constatadas as irregularidades, que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, nomeie interventor federal para gerir recursos no DF. (...) A inspiração terceirizante de José Roberto Arruda veio de doutrina do governador José Serra (PSDB), de São Paulo, transformada em lei estadual em 4 de setembro, de modo a reservar 25% do atendimento nos hospitais a convênios e consultas da rede privada. Esses espaços, assim como no caso do Santa Maria, serão administrados pelas Organizações Sociais (OSs), como a Real Sociedade. "Só querem dar a essas organizações o filé dos serviços, os mais rentáveis, como as UTIs", avisa Jairo Bisol.

(...) Em 2009, o governo federal destinou à Secretaria de Saúde 2,1 bilhões de reais. Até 14 de setembro, segundo o site Contas Abertas, com informações do Siafi, foram pagos 1,5 bilhão. Além disso, a Secretaria de Saúde tem orçamento próprio de 1,7 bilhão para 2009. Isso gerou recursos, para o ano corrente, de 3,8 bilhões de reais. A dúvida é saber onde esse dinheiro será aplicado, se no sistema de saúde ou em CDBs do Banco de Brasília.

* Repórter; reportagem publicada na revista *Carta Capital* em 21/9/2009; íntegra: www.cartacapital.com.br/app/materia.jsp?a=2&a2=8&i=5072



AD



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL

Saúde e Ambiente,
vamos cuidar da gente.

A Saúde Ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis.

15 a 18 de dezembro de 2009

Eixos:

- Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental no campo, na cidade e na floresta.
- Produção, ambiente e saúde: desafios dos processos de produção e consumo nos territórios.
- Democracia, educação, saúde e ambiente: políticas para construção de territórios sustentáveis.

Conselho
das Cidades



Ministério
das Cidades

Ministério do
Meio Ambiente

Ministério
da Saúde

